

UNIVERSIDADE FEEVALE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

ANA CLAUDIA SALIM DAL CASTEL

CASA ALICE

Novo Hamburgo

2016

ANA CLAUDIA SALIM DAL CASTEL

CASA ALICE

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Feevale.

Professores: Carlos Henrique Goldman e Geisa Tamara Bugs

Orientador: Tiago Balem

Novo Hamburgo

2016

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	TEMA	8
2.1	JUSTIFICATIVA	8
2.2	ONGs	9
2.3	ONGS NO BRASIL	
2.4	ALICE- AGÊNCIA LIVRE PARA INFORMAÇÃO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO	13
2.4.1	Atividades da ALICE	14
2.4.1.1	Linha 1 – Novos canais de comunicação	14
2.4.1.2	Linha 2 – Debater a comunicação	17
2.4.1.3	Linha 3 – Educação para a mídia	17
2.4.1.4	Linha 4 – Direito à memória	18
2.4.2	Publicações	19
	A) Boca no mundo	19
	B) Contos sem Fadas – Retalhos de Memória	19
	C) Histórias de Mim – escrituras do povo de rua	19
	D) SOS Comunicação – Estratégias de Comunicação para o Terceiro Setor	20
2.4.3	Prêmios	20
2.4.4	Parceiros	21
3	MÉTODO DE PESQUISA	23
3.1	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	23
3.2	ENTREVISTA	23
4	ÁREA DE INTERVENÇÃO	29

4.1	CIDADE DE PORTO ALEGRE	29
4.2	JUSTIFICATIVA	30
4.3	O LOTE	31
4.4	ANÁLISE BIOCLIMÁTICA	35
4.5	ENTORNO	38
4.6	FLUXO VIÁRIO	40
4.7	REGIME URBANÍSTICO	42
5	PROPOSTA DE PROJETO	44
5.1	PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS	44
5.1.1	Casa do Jongo - Rio de Janeiro (Brasil)	44
5.1.2	Espaço Alana- São Paulo (Brasil)	48
5.1.3	SESC Pompéia- São Paulo (Brasil)	53
5.2	PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS	57
5.2.1	Instituto Goethe- Santiago (Chile)	57
5.2.2	Dubai Design District - Dubai (Emirados Árabes Unidos)	65
5.2.3	Culture International Laboratory Popular- Tóquio (Japão)	68
5.3	NORMAS TÉCNICAS	70
5.3.1	NBR 12179 – Tratamento acústico em recintos fechados	70
5.3.2	NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos	71
5.3.3	NBR 9077- Saídas de emergência em edifícios	74
5.4	PROGRAMA DE NECESSIDADES	76
5.5	PROPOPSTA DE PROJETO	78
5.6	MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS	80
5.5.1	Lajes Steel Deck	80
5.5.2	Estrutura em aço	81

CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	83
APÊNDICES	87
APÊNDICE A- ENTREVISTA	87

1 INTRODUÇÃO

A presente Pesquisa do Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Feevale, tem por objetivo reunir informações que subsidiarão o desenvolvimento do projeto arquitetônico para a Organização Não Governamental (ONG) denominada Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE) situada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, que tem como objetivo desenvolver projetos alternativos e autogeridos de comunicação para discutir comportamento, ética, tendências da imprensa, formar leitores críticos e contribuir para a democratização e qualificação da informação no Brasil.

Inicialmente, foi preciso compreender as ONGs, como surgiram, quais são seus objetivos e sua importância no desenvolvimento de uma sociedade democrática e participativa. Após o entendimento geral, foi realizada a análise de todo o funcionamento da ALICE, seu surgimento, suas linhas de atuação, os projetos desenvolvidos, suas premiações, parcerias e participantes.

Visto isso, foram adquiridas informações sobre a cidade de Porto Alegre, onde a ONG surgiu e atua até o momento, e a área de intervenção situada no bairro Cidade Baixa, que possui características compatíveis com a proposta e onde se concentram a maioria dos participantes dos projetos da organização.

Para viabilidade do projeto arquitetônico, foram analisados referenciais formais e análogos, para posterior desenvolvimento de um programa que atenda às necessidades da ALICE. Além disso, foram consideradas todas as recomendações da legislação e das normas técnicas pertinentes.

2 TEMA

Neste capítulo será aprestado o tema desta pesquisa e sua justificativa.

2.1 JUSTIFICATIVA

O interesse por desenvolver a Sede da ONG ALICE – Agência Livre para Informação, Cidadania e educação - surgiu através do filme “Boca de Rua: Vozes de uma gente invisível”. Nele é retratada a realidade do “Jornal Boca de Rua”, primeiro projeto desenvolvido pela ONG. Trata-se de uma publicação feita e vendida por pessoas em situação de rua que o produzem integralmente. O projeto existe desde agosto de 2000 e se mantém até os dias atuais ininterruptamente. O jornal se utiliza de uma fonte de informação não convencional, traz à tona uma realidade diferente da retratada pela grande mídia, dando espaço para outras versões dos acontecimentos. É um jornalismo que tem como principal objetivo transformar a vida das pessoas, tanto dos participantes, quanto dos leitores. É definido no filme como “jornalismo da transformação” (RUA, 2013).

A ALICE possui vários outros projetos além do Boca de Rua, que envolvem pessoas de todas as idades: crianças, jovens, adultos e idosos (RUA, 2013). Atualmente a ONG não possui uma sede que comporte todos os trabalhos e, por isso, se utiliza de locais públicos para realizar os encontros e desenvolver o material dos projetos, principalmente o Boca de Rua e o Boquinha, os quais serão detalhados no capítulo seguinte. Desta forma, o fato de não possuir uma sede com espaço adequado acaba limitando o trabalho dos participantes ou a possibilidade de realizar outros tipos de ações e projetos (RUA, 2013).

Segundo a coordenadora-geral da ALICE, jornalista Rosina Duarte, a ALICE também é uma sem-teto e quer uma sede. Em 2011, foi realizada uma sessão na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, onde Rosina solicitou o apoio dos vereadores para que a entidade obtenha uma sede própria. Segundo ela o local deve ser aberto à comunidade: “Será, principalmente, um espaço de convivência, para que todos possam sentar juntos, sem rótulos” (PORTO ALEGRE, 2011).

Por se tratar de uma iniciativa que tem sua eficiência comprovada pelo reconhecimento obtido através de premiações nacionais e internacionais, e através do volume de projetos desenvolvidos no tempo em que atua, acredita-se que essa ONG pode ser ainda mais reconhecida e ter mais oportunidades de trabalho caso

tenha um lugar próprio. Considera-se importante também o fato do trabalho da ALICE trazer resultados efetivos com os participantes que por ali passaram e não retornaram a situação de rua conforme apresentado pela coordenadora: “Até o ano de 2013 foram contabilizadas 135 pessoas que passaram pelo Jornal Boca de Rua e cerca de 70 não voltaram à situação” (RUA, 2013). Tal fato evidencia a importância da ALICE e dos projetos por ela desenvolvidos para a sociedade (RUA, 2013).

Por esses motivos e a partir dessa demanda latente, pretende-se desenvolver esta pesquisa para subsidiar conteúdo que embase e colabore no processo de desenvolvimento de um projeto para a Casa ALICE, futuro objeto para o Trabalho Final da Graduação.

Sendo assim, a seguir serão desenvolvidos conceitos chave para a compreensão do tema proposto, se iniciando pela definição do termo ONG.

2.2 ONGs

A sigla ONG - Organização Não Governamental surgiu em 1940, criada pela ONU - Organização das Nações Unidas para definir as organizações com as quais ela pudesse estabelecer parcerias (LANDIM, 2002).

Para ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) (2016) são consideradas ONGs, fundações ou associações sem fins lucrativos, autônomas e pluralistas. Estas devem ter compromisso com o desenvolvimento de uma sociedade democrática e participativa. Para se caracterizar como uma ONG, tais condições devem ser comprovadas através da trajetória institucional e pelos termos dos seus estatutos (ABONG, 2016).

Landim (2002) traz, como principal característica das organizações não governamentais, a pluralidade de seus campos de atuação, tais como: saúde, educação, assistência social, meio ambiente, entre outros. As ideologias diferenciadas de cada um desses grupos reforça esta característica. Nos últimos 20 (vinte) anos a sigla vem sendo usada para indicar um determinado conjunto de organização, que tiveram seu início nos anos 1970 e foram sendo desenvolvidas durante os anos 1980. Uma definição rígida para o termo talvez não seja adequada, pois tratam-se de conjuntos variados, com propósitos distintos e atuação dedicada à ação social, atuam conforme a necessidade da sociedade.

Por volta de 1992, as ONGs eram uma novidade institucional para os países latino-americanos. Eram vistas como alternativas às práticas institucionais características das universidades, igrejas e partidos de esquerda (FERNANDES, 1985 apud LANDIM, 2002), existiam “a serviço de determinados movimentos sociais ou grupos dominados (...) dentro de perspectivas de transformação social” (LANDIM 1988). Souza (1992) os define como “micro-organismos do processo democrático, referências, lugares de inovação e criação de novos processos” ou “espaços de criação da utopia democrática”. Neste mesmo período eram vistas como “canais de participação das classes médias na esfera pública, exercendo funções de tradução e rearticulação dos interesses e demandas populares nas arenas institucionais de confronto e negociações sociais” (SOUZA, 1992 apud LANDIM, 2002), ou ainda “uma inovação institucional da esquerda brasileira” (FERNANDES e PIQUET, 1992 apud LANDIM, 2002). Todas essas definições foram elaboradas por autores que estavam diretamente inseridos no contexto, mas percebe-se que definições desenvolvidas por autores de trajetórias diversas e sem vínculo com as organizações trazem definições semelhantes, como, por exemplo, para Francisco de Oliveira as ONGs: “Surgem como um dado novo da nova complexidade da sociedade (...). São um "lugar" de onde fala a nova experiência, de onde não podia falar o Estado, de onde não podia falar a Academia, de onde só podia falar (...) uma experiência militante” (OLIVEIRA, 1997 apud LANDIM, 2002).

No decorrer da última década a categoria ONG foi ocupando espaço no campo político e na mídia. Também se tornou objeto de estudo de teses e dissertações nas universidades, sendo mencionadas em análises sobre movimentos sociais contemporâneos, por exemplo. As organizações estão presentes, principalmente, em movimentos que nascem dentro de regimes autoritários, como o novo sindicalismo, associações de bairro, de luta pela terra, etc., caracterizados pela ideia do “popular”, transformando-se, mais tarde, na de “sociedade civil” (LANDIM, 2002). Entre os anos 1980 e 1990, são encontrados textos que se referem aos movimentos sociais definidos como fragmentados, ligados à construção de identidades e sujeitos coletivos. Aparecem, também, em debates recentes sobre as redefinições dos princípios da universalização da cidadania, vindo ao encontro das diferentes identidades, valores e interesses que surgem na sociedade. São mencionadas como agências globalizadoras de políticas de identidade que surgiram nos anos 1960 nos Estados Unidos e Europa Ocidental. Em temáticas semelhantes, aparecem em

discussões sobre a questão da representação política e das formas peculiares de se produzir legitimidade e poder, por representantes e movimentos sociais contemporâneos (LANDIM, 2002).

As ONGs se reconhecem por serem alheias ao modelo institucional representativo tradicional. ABONG (1995) traz o seguinte esclarecimento: “ONG não é sindicato. Se afirma pela competência, ou desaparece”. As ONGs são lembradas com frequência na temática da nova relação entre Estado e sociedade. Exercem múltiplas funções nesse meio, algumas de forma positiva e outras negativa, como por exemplo: no controle, cogestão e nas propostas de políticas públicas; na execução de serviços, apontadas aqui como substitutas funcionais e estratégicas do estado (LANDIM, 2002).

2.3 ONGs NO BRASIL

No Brasil, a expressão Organização Não Governamental inicialmente era atribuída às organizações de “Cooperação Internacional”, compostas por igrejas (católica e protestante), organizações de solidariedade, ou governos de vários países. Tinham como objetivo principal apoiar as organizações e movimentos sociais nos países do Sul, com a finalidade de “consolidar a democracia”. No período de 1960 a 1970 centros de “educação popular” e de assessorias a movimentos sociais, com ênfase na “conscientização” e “transformação social”, surgiram no país (COUTINHO, 2005).

A “educação popular” era utilizada no sentido organizativo-conscientizador, e palavras de ordem como “democracia de base” e “autonomia” constituíam o eixo de seu repertório. Grupos, já existentes, abandonaram práticas assistenciais-filantrópicas e outros foram criados para incentivar a “organização popular” (DOIMO, 1995 apud COUTINHO, 2005).

As ONGs, como conhecidas atualmente, surgem no período do Regime Militar. Carregam consigo as características da sociedade brasileira, num período onde o autoritarismo divide espaço com a modernização, diversificação social do país e com a gestão de uma nova sociedade organizada, com princípios nas práticas e ideias de autonomia em relação ao estado. Nesta circunstância a sociedade civil é vista, também, como oposição política. As ONGs se concretizam com a construção e fortalecimento de um grande e variado campo de associações na sociedade brasileira,

fundamentalmente a partir da metade dos anos 1970, que se manteve contínuo nos anos 1980 e 1990 (LANDIM, 1998).

Portanto, conforme citado por Leilah Landim (1998), essas organizações constroem sua identidade na distinção com relação a áreas que lhes são bem próximas, como o vasto campo da assistência privada tradicional, do chamado assistencialismo (dependente e parceiro do Estado) e o das igrejas (final dos anos 1970 com a agregação de pessoas mais politizadas). Ao fim da década de 1970, as organizações têm a adesão de ex-participantes de organizações e movimentos marxistas, cidadãos com passagem pela prisão ou clandestinidade, ex-membros de movimentos estudantis da década de 1960 e exilados a partir de 1979.

“Os exilados carregavam consigo um capital acumulado em relações e um grande domínio do funcionamento dessas organizações internacionais. Traziam conhecimentos de instituições de diversos países, de diferentes naturezas, de seus papéis e possibilidades, de suas políticas internas e externas e, principalmente da complexidade das forças sociais e políticas destas organizações” (LANDIM, 1998).

As entidades se estabelecem no começo dos anos 1980, transformam-se em um conjunto de organizações e agentes interligados, por suas características e posicionamento no cenário nacional e internacional. Uma vez institucionalizadas, começam as relações com as agências financiadoras. Isto exigiu esforços e tempo das organizações, obrigando à reformulação na sua economia interna, de seus quadros profissionais, “a redesenho institucionais e à reelaborações de crenças e discursos sobre as especificidades desses profissionais da militância” (LANDIM, 1998). No fim dos anos 1980, os projetos de educação das organizações tomam proporções maiores, passam de grupos localizados para movimentos de maior abrangência. São inseridos nas atividades projetos de capacitação, formação ou articulação, pela disseminação de ideias e provisão de inúmeros apoios, entre eles apoio material e jurídico. Nos anos de 1990, as organizações passaram a ter espaços na mídia e em debates do campo político nacional (LANDIM, 1998).

Segundo Coutinho (2005), na década de 1990, o termo teve sua popularização no país na ECO-922 (CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), ocorrida em junho de 1992 no Rio de Janeiro. Em 1970 as ONGs eram relacionadas a movimentos sociais, em 1990 elas obtêm um novo sentido:

“Priorizam trabalhos em “parceria” com o Estado e/ou empresas; proclamam-se “cidadãos”; exaltam o fato de atuarem sem fins lucrativos. Desenvolvem um perfil de “filantropia empresarial”; mantêm relações estreitas com o Banco Mundial e com agências financiadoras ligadas ao grande capita” (COUTINHO, 2005).

O foco não é mais a formação política (educação popular, autonomia, auto-organização, independência, direitos humanos), mas o desenvolvimento “autossustentável” (ecologia, democratização, diversidade cultural, geração de renda, gênero, direitos de cidadania) (COUTINHO, 2005).

Em resumo, as ONGs se desenvolviam a medida que os movimentos sociais perdiam sua força de mobilização e assumiam uma política integradora, por meio de parcerias com o poder público que mantem o controle dos procedimentos, sendo avalista dos recursos econômicos (GOHN, 1997).

2.4 ALICE- AGÊNCIA LIVRE PARA INFORMAÇÃO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO

A Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (ALICE) é uma organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, localizada em Porto Alegre – RS, constituída informalmente em 1º de julho de 1998, foi registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas de Porto Alegre como associação civil de direito privado sem fins econômicos em 17 de janeiro de 2005. Tem como objetivo desenvolver projetos alternativos e autogeridos de comunicação para discutir comportamento, ética, tendências da imprensa, formar leitores críticos e contribuir para a democratização e qualificação da informação no Brasil. A ALICE trabalha para garantir o direito à comunicação de todos os cidadãos, previsto no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, desenvolvida pela Organização das Nações Unidas-ONU em 1942 (ALICE, 2016).

“Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”

A ALICE utiliza-se da palavra escrita e falada, da fotografia, cinema, arte, música, dança e todas as formas de expressão capazes de aproximar pessoas e, pelo conhecimento das diversas realidades sociais, para combater preconceitos. Tem

como princípios a conduta ética pessoal e profissional, honestidade, atuação não assistencialista, precisão no trato da informação, compromisso com a verdade, estímulo à autonomia e à iniciativa, engajamento com o interesse público, responsabilidade fiscal e compromisso com a transparência (ALICE, 2016).

2.4.1 Atividades da ALICE

A ONG possui 4 linhas de atuação, que indicam orientações temáticas para seus projetos e atividades. O período em que cada uma delas foi desenvolvido, equipe participante e modo de funcionamento não foram encontradas, porém esses dados serão esclarecidos quando será apresentada a entrevista com Cristina Pozzobon e Tiago Balem, ambos fundadores e participantes da ALICE.

Abaixo estão descritas cada uma das linhas para, por fim, serem apresentados os projeto relacionados a cada uma delas. Após esses itens também serão apresentados outros formatos comuns à entidade, a produção de publicações.

2.4.1.1 Linha 1 – Novos canais de comunicação

Estimula a criação de veículos alternativos entre populações sem representação na mídia, em especial as de baixa renda. Proporciona um canal que busca a visibilidade de tais grupos. A comunicação é utilizada como um meio de incentivar a autoestima e instigar o debate sobre direitos, formas de organização e alternativas de renda, também proporcionam aos leitores o conhecimento e a reflexão sobre uma realidade não divulgada pela grande mídia (ALICE, 2016).

Tendo em vista se tratar de meios de comunicação, os projetos dessa linha geraram publicações, abaixo os especificamente organizados dentro dessa linha:

A) Almanaque: O periódico é produzido por mulheres da cidade gaúcha de Bagé com mais de 60 anos. Surgiu a partir de um trabalho de resgate da memória oral das mulheres da fronteira. O Jornal Almanaque reúne histórias, receitas, músicas, benzeduras, simpatias, medicina caseira, vocabulário, tradições e costumes. Tem a forma dos antigos almanaques distribuídos nas farmácias, com textos curtos e muitas informações utilitárias. A atual situação feminina na maturidade também é um tema abordado. O material é publicado bimestralmente, sendo realizado em parceria com o Grupo Renascer da Terceira Idade da cidade de Bagé. Tem a distribuição gratuita (ALICE, 2016).

B) Boca de Rua: Projeto Boca de Rua é uma publicação feita e vendida por pessoas em situação de rua da cidade de Porto Alegre. Foi criado em agosto de 2000. Todo o material desenvolvido (textos, fotos e ilustrações) é elaborado pelos participantes durante oficinas semanais. O dinheiro arrecadado na comercialização do veículo é revertido integralmente aos participantes do grupo, constituindo uma fonte alternativa de renda a eles (Figura 1). O Boca de Rua faz parte da Rede Internacional de Publicações de Rua (International Network of Street Papers – INSP), com sede na Escócia, que reúne jornais e revistas vendidos por populações em situação de risco de 40 países, o Boca de Rua é o único jornal da rede produzido exclusivamente pelos próprios vendedores (ALICE, 2016).

Figura 1- Participante vendendo o Jornal Boca de Rua



Fonte: ALICE (2016)

C) Boquinha: É um encarte infanto-juvenil do Jornal Boca de Rua, composto por crianças e adolescentes em situação de risco social ligados aos integrantes do Jornal. Através de oficinas lúdicas e educativas (brincadeiras, texto, teatro, artesanato, malabarismo, artes plásticas e música, entre outras), e de passeios em espaços culturais e de lazer (parque, museus, cinema, teatro, etc.), o material do Boquinha é

Figura 2- Participantes do Boquinha realizando atividade



Fonte: ALICE (2016)

produzido (Figura 2). O projeto conta com a colaboração de uma equipe multidisciplinar formada por jornalistas, educadores, psicólogos e profissionais de informática. Os responsáveis pelas crianças e adolescentes que participam do encarte recebem ajuda de custo (ALICE, 2016).

D) Mariposa: O Folhetim Mariposa – Uma Puta História, foi desenvolvido por cinco profissionais do sexo de Porto Alegre e publicado na Revista Norte, cultura no sul do mundo. Nasceu de uma oficina de escrita e gerou textos fictícios baseados nas vivências de todas as autoras. No texto mostram as múltiplas faces da prostituição (ALICE, 2016).

E) Nós na fita: O jornal, realizado em 2005 e 2006, foi um projeto de veículo de comunicação realizado por jovens moradores do Morro da Cruz, comunidade localizada na periferia de Porto Alegre. O periódico fez parte de um projeto de desenvolvimento comunitário, no qual os próprios jovens educadores promoveram atividades e oficinas para moradores da localidade de todas as idades. O principal objetivo foi mudar a imagem do morro, visto como ponto de tráfico e violência, e incentivar o processo criativo dos membros da comunidade. O jornal Nós na Fita reuniu 15 jovens e foi resultado de uma parceria entre a ALICE, Instituto Leonardo Murialdo e a ONG alemã Kindernotheilfe (ALICE, 2016).

F) Pombo Correio: Trata-se de uma troca de cartas entre presidiárias da Casa Albergue Feminino e o leitor. O objetivo é levar a realidade da cadeia à população (ALICE, 2016).

G) Projeto Coruja: desenvolvido em 2002, em parceria com o projeto da Secretaria Estadual de Educação que leva o mesmo nome. O projeto Coruja foi destinado a estudantes com baixo desempenho escolar e problemas comportamentais, que tiveram passagem por diversos estabelecimentos de ensino. Durante quatro meses os adolescentes trabalharam na produção de um jornal (ALICE, 2016).

H) Vivo de renda: o projeto Vivo de Renda buscou resgatar a tradição das rendeiras da Lagoa da Conceição da Ilha de Florianópolis, através da produção de um documentário e de um livro reunindo depoimentos, contexto histórico, propostas de

sustentabilidade e um dicionário de piques (modelos utilizados para elaborar os diferentes tipos de renda de bilro) (ALICE, 2016).

2.4.1.2 Linha 2 – Debater a comunicação

Propõe-se nessa linha promover o encontro e debates entre profissionais da comunicação.

A) Projeto Saideira: o projeto desenvolve encontros periódicos sobre Comunicação e tem como proposta reavivar o hábito dos encontros de jornalistas ao final de cada edição do jornal, quando, de maneira informal, se discutiam os aspectos da profissão. Os eventos acontecem em bares da cidade de Porto Alegre, contam com a participação de convidados e assistência formada por várias gerações de jornalistas, além de estudantes de comunicação. Os assuntos abordados são focados na atuação ética da imprensa, tendências, polêmicas, contextualização e resgate histórico da comunicação no Brasil (ALICE, 2016).

2.4.1.3 Linha 3 – Educação para a mídia

Propõe-se oferecer Oficinas de Comunicação, desenvolvidas pela Alice, com o objetivo de despertar nos consumidores e produtores das notícias a importância e o efeito da comunicação sobre a sociedade (ALICE, 2016).

A) Des(dez)mandamentos da mídia: As oficinas “Des(dez)mandamentos da mídia” são destinadas a educadores, estudantes do ensino regular e trabalhadores do chamado Terceiro Setor, as ONGs. Tem como objetivo realizar uma leitura clara dos mecanismos de manipulação utilizados pela chamada grande mídia, através de análises de jornais, revistas ou vídeos de programas de televisão (ALICE, 2016).

B) SOS comunicação: é desenvolvido através de oficinas que apresentam um conjunto de estratégias de comunicação, reflexões e práticas capazes de facilitar a divulgação do trabalho de Organizações Sociais, que são o foco do projeto, buscando estimular e orientar a produção de seus próprios meios de comunicação e intensifiquem os canais de diálogo com a comunidade nas quais estão inseridas (ALICE, 2016).

2.4.1.4 Linha 4 – Direito à memória

Desenvolve projetos destinados a recuperar fatos e episódios históricos desconhecidos para a maioria dos brasileiros, especialmente os jovens. Através de exposições fotográficas, publicações, debates, instalação de memoriais e outras ações, traz à tona esta memória banida do cotidiano, mostrando seus reflexos na atualidade (ALICE, 2016).

A) Anistia e Democracia – Pra que não se esqueça, para que nunca mais aconteça, trata-se de uma exposição itinerante de textos e fotos sobre os 30 anos da Anistia. O projeto foi executado pela Alice por meio de um convênio com a Comissão da Anistia, através de um concurso público do projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça (ALICE, 2016).

B) Ausências: Exposição e livro de fotografias baseado no projeto Ausências, desenvolvido na Argentina. O objetivo é resgatar fotos antigas com imagens de mortos e desaparecidos durante a ditadura militar e reproduzir estas cenas destacando a ausência dos que tiveram suas vidas roubadas. Foi realizado mediante convênio com a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (ALICE, 2016).

C) Direito à Memória e à Verdade: Projeto desenvolvido pela Alice unido a um projeto desenvolvido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Foi iniciado em 2006 e desenvolveu 40 memoriais denominados “Pessoas Imprescindíveis”, foram instalados em municípios de várias regiões brasileiras. Promoveu a mostra fotográfica “A Ditadura no Brasil 1964 – 1985” que passou por mais de 60 cidades no Brasil e exterior, atingindo um público superior a 3 milhões de pessoas. O resultado da exposição foi compilado em um catálogo e está sendo utilizado por escolas como um instrumento de pesquisa, reflexão e debate sobre a ditadura militar (ALICE, 2016).

D) Trilhas da Anistia e Recontes de História: O projeto foi executado pela Alice por meio de um convênio com a Comissão da Anistia, selecionado em 2012 através de um concurso público do projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça. Sua proposta contemplava a construção de dez monumentos

em espaços públicos e um livro de registros deles e com relatos de pessoas que viveram processos de anistia durante o Regime Militar de 1964/85. O local de instalação dos monumentos estava relacionado onde a Caravana da Anistia passava realizando o julgamento de processos de reconhecimento de crimes cometidos pelo Estado a cidadãos (ALICE, 2016).

2.4.2 Publicações

Os conteúdos desenvolvidos em alguns desses projetos foram transformados em livros.

A) Boca no mundo

O livro *Boca no Mundo – Como trabalha o Boca de Rua*, conta a história e explica a metodologia do projeto *Boca de Rua*. Trata-se de um relato escrito com participação de profissionais, estudantes e voluntários que colaboraram com a equipe responsável pelo projeto. A publicação relata como o Boca de Rua nasceu e tornou-se um projeto embasado em um princípio elementar do ser humano: a capacidade e o direito de se comunicar (ALICE, 2016).

B) Contos sem Fadas – Retalhos de Memória

O livro “Contos sem Fadas – Retalhos de Memória” é um resgate do universo feminino das primeiras décadas do século passado publicado em forma de livro-almanaque. Os contos foram desenvolvidos em parceria com o grupo Renascer de Terceira Idade da cidade de Bagé (RS). Trata-se de um apanhado de histórias, receitas, benzeduras, simpatias, fórmulas medicinais caseiras, música e vocabulário de mulheres com idade entre 60 e 90 anos. Entre os anos de 2001 a 2004, foram realizadas reuniões com o grupo que participou da concepção e escolha do nome da publicação. A maior parte da renda (70%) obtida com a venda do livro, é revertida para o grupo Renascer. A publicação deu origem ao jornal Almanaque, que atualmente faz parte do projeto “Mulheres Perdidas e Achadas – Histórias para Acordar” (ALICE, 2016).

C) Histórias de Mim – escrituras do povo de rua

O livro teve origem nas oficinas de Escrita Livre vinculadas ao projeto Boca de Rua. Os encontros eram realizados em praças. O livro foi lançado na Feira do Livro de Porto Alegre em 2007 (ALICE, 2016).

D) SOS Comunicação – Estratégias de Comunicação para o Terceiro Setor

O livro é um guia para ONGs desenvolverem seus próprios sistemas de comunicação e estabelecerem relações com a chamada grande imprensa. Foi elaborado a partir de oficinas realizadas em cerca de 10 cidades brasileiras, envolvendo cerca de 200 organizações. As estratégias propostas foram organizadas a partir de uma pesquisa realizada com 230 jornalistas de vários pontos do Brasil e baseada nas discussões realizadas nas oficinas. O projeto contou com a parceria da Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (Amencar) e a instituição alemã Kindernothilfe, sendo premiada e financiada pela Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI) (ALICE, 2016).

2.4.3 Prêmios

Segundo ALICE (2016), alguns projetos desenvolvidos pela ONG conquistaram prêmios nacionais e internacionais. Abaixo segue listagem das premiações e os respectivos projetos:

- Prêmio Direitos Humanos, promovido pela Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris) 2013, com o projeto Jornal Boca de Rua.
- Prêmio de Inclusão Cultural de Pessoas Idosas 2010 – Edição Inezita Barroso, instituída pelo Ministério da Cultura, com o Jornal Almanaque.
- Prêmio Pontos de Mídia Livre 2009, conferido pelos Programas Cultura Viva e Mais Cultura, ambos vinculados a Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, concedido à ALICE.
- Prêmio International Network Street Paper – INSP para “Melhor Artigo Vendedor” em 2007 – Glasgow, Escócia, com o Jornal Boa de Rua.

- Prêmio Direitos Humanos do Rio Grande do Sul 2002, homenageia pessoas e entidades que se destacaram na defesa, promoção e divulgação dos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul. É concedido pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Unesco no Brasil e Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. Foi conferido à ALICE.
- Prêmio Culturas Populares, concedido pelo Ministério da Cultura.

2.4.4 Parceiros

A ALICE possui parceira com instituições ligadas a comunicação, cultura e cidadania; empresas; universidades e órgãos públicos. As seguintes instituições estão listadas no site da ONG (ALICE, 2016):

- Lavoro C&M;
- Revista Biss – Burger In Sozialen Schwierigkeiten E.V. (Alemanha);
- SENSO design;
- Sindicato dos Jornalistas do Estado do Rio Grande do Sul;
- Paulo Afonso Consultores de Marcas e Patentes;
- Grupo de Apoio à Prevenção da Aids – Neste caso, a parceria trata de encaminhamentos na área de saúde dos integrantes adultos do jornal Boca de Rua;
- Prefeitura Municipal de Porto Alegre – para encaminhamentos dos adolescentes e crianças que participam do suplemento infanto-juvenil Boquinha;

- Ministério da Saúde;
- Ministério Público;
- Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul;
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos);
- Universidade Feevale;
- Instituto Porto Alegrense (IPA);
- Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC); e
- Fórum Nacional pela Democratização de Comunicação.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Para obtenção de dados significativos para o desenvolvimento do projeto da Casa ALICE, foram utilizados os seguintes métodos de pesquisa: I- pesquisa bibliográfica; II- entrevista.

As formas de pesquisa citadas e seus resultados estão descritas a seguir.

3.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Para fundamentação teórica do presente trabalho foram buscadas referências relacionadas a ONGs através de livros, dissertações, teses, sites e demais meios de informação. Foi analisado o surgimento das ONGs e sua evolução, partindo para a história das ONGs no Brasil e finalizando na análise e listagem das atividades desenvolvidas pela ALICE. As informações coletadas auxiliarão no entendimento da formação das organizações e seus principais objetivos. Tais informações serão fundamentais para o desenvolvimento do programa de necessidades do projeto em questão.

Foi analisado o surgimento do termo ONG; suas definições iniciais que, ao longo do tempo, foram revistas de acordo com a situação política e econômica mundial; seu desenvolvimento e expansão; suas funções e relação com a sociedade, tanto a nível mundial quanto nacional. Posteriormente, foram coletadas informações sobre a ALICE, ONG tema dessa pesquisa, no site da instituição. Nele consta um breve histórico da organização, as atividades e projetos desenvolvidos, seu funcionamento, linhas de atuação e publicações realizadas.

Através das informações coletadas, pode-se entender a importância e as principais necessidades destas organizações, além de evidenciar uma função comum entre grande parte das ONGs: ser agente de relação entre estado e sociedade.

3.2 ENTREVISTA

A entrevista foi realizada no dia 30 de setembro de 2016, com Cristina Pozzobon, artista plástica e uma das fundadoras da ONG, e Tiago Balem, arquiteto e urbanista, ambos integrantes da ALICE. Teve como objetivo verificar as informações obtidas através do site da ALICE, esclarecer dúvidas sobre dados não encontrados

nas referências bibliográficas para aprofundar a formulação da proposta de projeto. A definição dos entrevistados se deu pela relação que possuem com a organização e o tempo que atuam nela.

As questões foram abordadas em uma entrevista aberta, que teve duração de cerca de uma hora, foi realizada no Shopping Nova Olaria, Cidade Baixa, Porto Alegre. Foi dividida em 3 partes, primeiramente foram abordadas questões sobre a ALICE, posteriormente sobre o jornal boca de Rua, primeiro projeto desenvolvido pela ONG e ativo até o momento, e, por fim, foram abordadas questões sobre as condições ideais para a Casa ALICE.

A seguir, relato da entrevista com a descrição e posição de cada um dos entrevistados.

Segundo Cristina e Tiago, a ALICE foi criada por pessoas atuantes em meios de comunicação. Trata-se de uma organização não assistencialista, que tem como objetivo criar debates com foco na comunicação. Sendo essa sua base, ela é desenvolvida com diversas populações e comunidades, como por exemplo as extremamente marginalizadas as quais a sociedade não quer ver, como é o caso das pessoas em situação de rua, apenados e prostitutas. Essas populações foram e são contempladas com projetos específicos desde a criação da ONG.

Atualmente a ALICE possui 5 projetos ativos: o Jornal boca de Rua, ativo há 16 anos; o Boquinha, que é vinculado ao jornal Boca de Rua; Projeto Almanaque, realizado em Bagé, ativo há 14 anos; o Sarau da ALICE que ocorre mensalmente; e o Bazar dos Arteiros.

O projeto Sarau da ALICE é uma derivação do Saideira, atualmente com foco na música e venda de artesanato e arte. Antes ocorriam nos encontros debates sobre comunicação e temas relacionados a ética jornalística, rumos do jornalismo, manipulação da mídia, entre outros, com participantes basicamente da área da comunicação. Hoje as atividades do Sarau visam o encontro de pessoas e a contemplação da música, da noite e da boemia em algum bar da cidade.

Atualmente a ALICE possui 12 profissionais participando ativamente, entre eles estão jornalistas, arquitetos, administradores, designers e fotógrafos. O papel atribuído a eles é o de tomadas de decisão apenas, pois um dos ideais do grupo é a autonomia dos participantes envolvidos para o desenvolvimento dos trabalhos. Os projetos nem sempre são feitos necessariamente por pessoas da ALICE, a ONG é a

mantenedora dos projetos, mas pode contratar empresas externas para competências específicas.

O número de participantes indiretos não foi contabilizado, porém o Jornal Boca de Rua possui, em média, 45 participantes ativos.

O primeiro projeto da organização foi o Jornal Boca de Rua, operante até hoje. Tem como objetivo dar voz às pessoas que estão à margem da sociedade. Segundo Cristina é através da participação que os integrantes começam a perceber como se inserem na sociedade e no meio, como podem mostrar sua forma de viver para o resto da população, a população os ouve através do jornal. A partir daí eles tem uma tomada de consciência da sua importância e se vêem como cidadãos, esse é o grande mérito do Boca de Rua. Há o entendimento de que eles tem muito a dizer pra todo mundo, são pessoas que não devem ser tuteladas, muito pelo contrário, eles vão estar ensinando a sociedade outro jeito de ver as coisas. Dentro no projeto Boca de Rua há o Boquinha, destinado a crianças em situação de rua, muitos deles filhos dos integrantes do jornal, elas recebem uma bolsa auxílio mensal.

Os encontros ocorrem semanalmente, ininterruptamente desde o início da ALICE. Um dos motivos de não haver pausas foi em função da rotina que vinha sendo adquirida, para evitar desistências dos participante, pois na maioria dos trabalhos desenvolvidos com eles, até então, havia o afastamento dos organizadores após o estreitamento das relações. Inicialmente havia uma descrença dos participantes no Boca de Rua. Isso foi superado com a frequência dos encontros. O que permitiu que, atualmente sejam realizadas pausas no verão, no período das férias.

As pautas do jornal são desenvolvidas pelos participantes, assim como os textos, fotos e entrevistas. Eles tem muita facilidade de se inserir em alguns meios, conseguem fazer parte da realidade que está sendo estudada, como, por exemplo, o que ocorreu no desenvolvimento da matéria sobre as ocupações das escolas. Eles se colocam junto com as pessoas e, neste caso, os alunos também se colocaram junto a eles, houve uma troca, sem diferenciação entre entrevistador e entrevistado. Este processo foi conquistado pelos participantes do Boca de Rua, a partir do momento que eles compreenderam seu papel independentemente da participação da ALICE, não é ela que diz como faz, os participantes vão testando e descobrindo por si próprios os meios.

Atualmente o Boca de Rua não possui uma sede. Isso restringe o acesso a informações que poderiam ser desenvolvidas em matérias para o Jornal. São os

participantes quem vão até a informação, sem a possibilidade da informação vir até eles. Assim, a Casa ALICE seria um ponto de referência. É o caso da matéria recente sobre as ocupações das escolas, os alunos envolvidos poderiam ter vindo até ao Boca, ao invés da equipe ir até o local da informação.

O Boca de Rua, quando criado, era o único projeto no mundo em que os próprios moradores de rua escreviam suas matérias, pesquisas e pautas. Esse fato o levou a ser premiado por instituições nacionais e internacionais, como referido anteriormente. Posteriormente foi recriado em Belém do Pará um jornal semelhante, que se baseou no Boca de Rua, usando os mesmos métodos e modelos. O projeto acabou existindo em outros lugares e este é o legado que a ALICE pretende deixar, conforme citado pelos entrevistados. O objetivo da ALICE é realizar projetos que possam ser aplicados em qualquer lugar do mundo, levando boas ideias a vários lugares.

O fato de outros grupos procurarem a ALICE para desenvolver parcerias, reforça a necessidade de uma sede para a organização, como, por exemplo, a realizada com o Nonada, Jornalismo B e grupos da Restinga, todos grupos de jornalismo alternativo. A união teve como objetivo desenvolver um manifesto direcionado aos candidatos a prefeito da cidade de Porto Alegre, fazendo com que assinem e se comprometam com algumas questões, tais como a redistribuição da verba publicitária para várias mídias, não se concentrando apenas em veículos consolidados, por exemplo os da RBS. O dinheiro seria dividido entre ONGs e empresas de mídia alternativa, dando espaço para que participem da divulgação das informações públicas. Outra solicitação é a formação do Conselho Municipal de Mídias Alternativas, que teria atribuição deliberativa. A Casa ALICE poderia abrigar esses encontros e discussões, seria um núcleo de imprensa. O conselho deliberaria sobre questões das finanças do município, ouviria o município, suas necessidades, sendo ouvida, também, por ele. Seria a ligação entre o governo e as mídias alternativas.

Para os entrevistados a Casa abrigaria, também, a memória da ALICE, demonstrando tudo que já foi criado, através de arquivos e exposições permanentes e temporárias. O material serviria como referência histórica do início de um modelo de ONG e projetos, uma inovação em relação a comunicação que merece ser ampliada e divulgada. Para eles as informações deveriam ser expostas de forma que as pessoas andassem pelo local e fossem descobrindo as histórias.

Segundo os entrevistados o local mais adequado para inserção da Casa ALICE seria no Bairro Cidade Baixa ou Centro, pois foram nesses locais que a ONG teve origem e se desenvolveu. Além disso, é nessa região que os participantes mais circulam, o que facilitaria o acesso à Casa.

O local deve ser aberto ao público, possibilitar a conexão com a rua e se utilizar dela para a realização de atividades. O objetivo é envolver a comunidade, fazer com que ela receba o que for gerado na Casa ALICE. O local não quer ser um simples produtor, a Casa funcionaria a partir do que as pessoas tem a dar e, a partir disso, ela desenvolveria algo para contribuir com a comunidade.

Para Cristina, a casa deveria ser concebida a partir do zero, não se baseando em uma pré-existência, pois isso limitaria algumas convenções ou poderia impor uma arquitetura sem a identidade do projeto ALICE. Ela imagina a Casa como um local muito aberto, amplo, fluído, com biblioteca não confinada em uma sala, mas espalhada pelo local, possibilitando que o usuário tenha a possibilidade de contato com a informação em qualquer lugar e a qualquer momento. A sede deve ser utilizada por inteiro o tempo todo. Seria como a internet, onde o usuário passa a acessar várias páginas e vai se surpreendendo com as informações encontradas, um local de encontro constante com a informação.

A Casa deve possibilitar, também, a contribuição dos usuários em seu desenvolvimento. Isso poderia ser representado através de uma complementação deles no edifício. As pessoas deixariam sua marca, suas vivências expressas no local, seria como um relato social. Isso tudo com o objetivo de gerar questionamentos como: Qual responsabilidade o cidadão terá ao passar pela ALICE? Após entrar no local como o usuário saíra dele?

É importante a Casa possuir um local que agregue as pessoas, por exemplo, um auditório arena, além de espaços fixos para a memória da ALICE e outro que receba informações e exposições externas. Além disso ambos entrevistados citaram um bar como ambiente necessário para expressar certa identidade da ALICE, pois nem sempre as informações produzidas pela organização foram desenvolvidas em locais pouco convencionais, dentro de um espírito de informalidade e encontro. O local deve ser um espaço para experimentação, por isso deve conter também lugar para oficinas para receber pessoas que buscam formação e que possuam formação e querem passar adiante seus conhecimentos.

A casa poderia usar espaços como o auditório e salas de trabalho para alugar, não cobrando os valores do mercado, mas fazendo um acordo com os usuários do repasse de uma porcentagem à organização. Além disso, a sede facilitaria a busca da ALICE por financiamentos, a ONG teria uma contrapartida, o local daria visibilidade, pois mesmo com os números expressivos do Boca de Rua (45 participante e tiragem de 1200 exemplares) não há abertura de instituições financeiras ao financiamento de projetos.

4 ÁREA DE INTERVENÇÃO

O presente capítulo tem o objetivo de contextualizar e desenvolver um panorama geral da cidade de Porto Alegre e do local onde será desenvolvida a proposta da presente pesquisa.

4.1 CIDADE DE PORTO ALEGRE

O área de intervenção localiza-se em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. A cidade possui área de 496,682 km², é formada por morros, áreas planas e baixas, e cercada pelo Lago Guaíba. Possui 1.409.351 de habitantes (Figura 3) (PORTO ALEGRE, 2016).

Figura 3 - Localização de Porto Alegre no Rio grande do Sul



Fonte: Wikipedia (2016)

Porto Alegre foi fundada em 1772, com a criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, um ano depois alterada para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. O povoamento iniciou em 1752, com a chegada dos açorianos. Ao longo dos séculos seguintes, acolheu imigrantes de todo mundo, em particular alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses e libaneses, entre católicos, judeus, protestantes e muçulmanos (PORTO ALEGRE, 2016).

A cidade é conhecida como a capital dos Pampas, região de fauna e flora características, formada por extensas planícies que dominam a paisagem do Sul do Brasil e parte da Argentina e do Uruguai. No século XIX ocorreu a Guerra dos Farrapos, que teve como objetivo a independência contra o Império Português. Com enfrentamentos ocorridos na própria capital, nas proximidades da atual ponte da Azenha, no dia 20 de setembro de 1835. Com o fim da Guerra dos Farrapos, a cidade

retomou seu desenvolvimento e passa por uma forte reestruturação urbana nas últimas décadas do século XVIII. O desenvolvimento foi contínuo ao longo do tempo e a cidade se manteve no centro dos acontecimentos culturais, políticos e sociais do país como terra de grandes escritores, artistas, políticos e acontecimentos que marcaram a história do Brasil (PORTO ALEGRE, 2016).

4.2 JUSTIFICATIVA

Para escolha da área de intervenção foram considerados alguns fatores importantes para o bom funcionamento do empreendimento. O primeiro deles é o lote estar localizado no Bairro Centro ou Cidade Baixa, conforme mencionado na entrevista descrita anteriormente. O segundo é a facilidade de acesso a Casa ALICE, tanto dos participantes dos projetos quanto do público geral. Para tal, o lote deve estar localizada na área onde há maior concentração de participantes da ONG e em uma zona central de intensa atividade. O terceiro fator é a relação franca do lote com o exterior, devendo possibilitar a conexão da Casa com a rua e se utilizar dela para a realização de atividades.

Após análise de lotes com potencial para instalação da Casa ALICE, foi escolhida uma área localizada no Bairro Cidade Baixa (Figura 4), caracterizado por intensa atividade em todos os turnos do dia, principalmente à noite (ACMCB, 2016).

Figura 4 - Bairro Cidade Baixa



Fonte: Google adaptada pela autora (2016)

Reconhecido pela vida boêmia, cultural e gastronômica, o bairro atrai visitantes e proporciona aos seus moradores a proximidade a equipamentos e serviços para o suprimento de suas necessidades. Tais características evidenciam o perfil dos

frequentadores do bairro, pessoas ligadas a cultura e arte, que se enquadram com a proposta da Casa ALICE.

A região possui relevo plano e seu tecido urbano é consolidado. Está localizada dentro do contexto cultural da cidade, próxima ao centro histórico.

4.3 O LOTE

Os lotes selecionados para implantação da Casa ALICE situam-se na Avenida Praia de Belas, 596 e Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, 465, ambos localizam-se no meio do quarteirão e são conectados através de seu miolo. São formados por linhas perpendiculares, resultante da união de 3 lotes (Figura 5).

Figura 5 - Área de intervenção



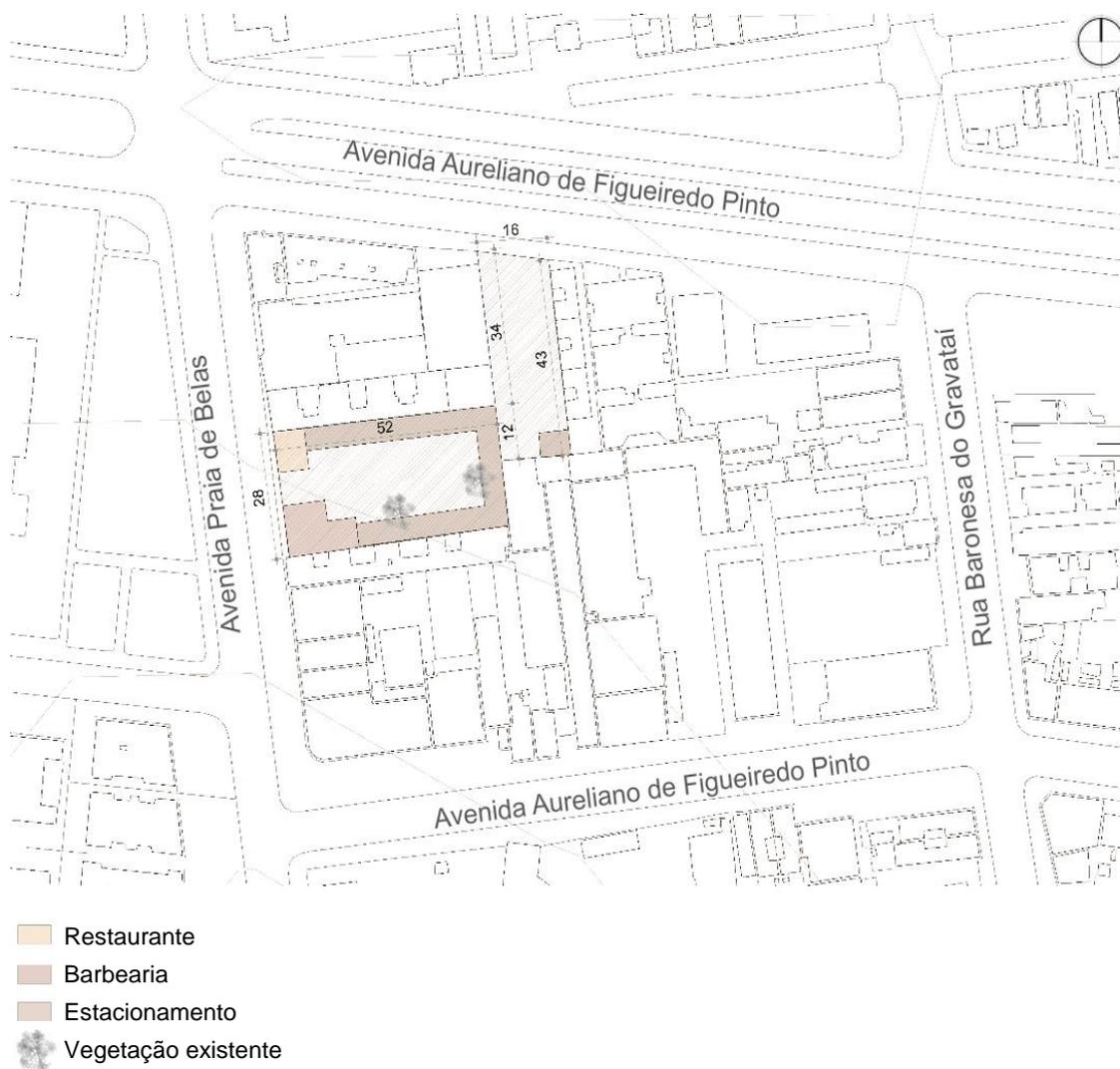
▷ Acesso à área — Área de intervenção

Fonte: Google adaptada pela autora (2016)

O local abriga atualmente dois estacionamentos, um restaurante e uma pequena barbearia, tais edificações não possuem valor arquitetônico ou cultural e serão desconsideradas, assim como as duas árvores existentes. A área possui duas frentes, o que possibilita maior relação com a rua e uma conexão peatonal alternativa entre as duas avenidas. A área total do terreno é de 1551,00m². O lote é relativamente

plano, possui apenas uma curva de nível que passa em sua extremidade oeste (Figura 06).

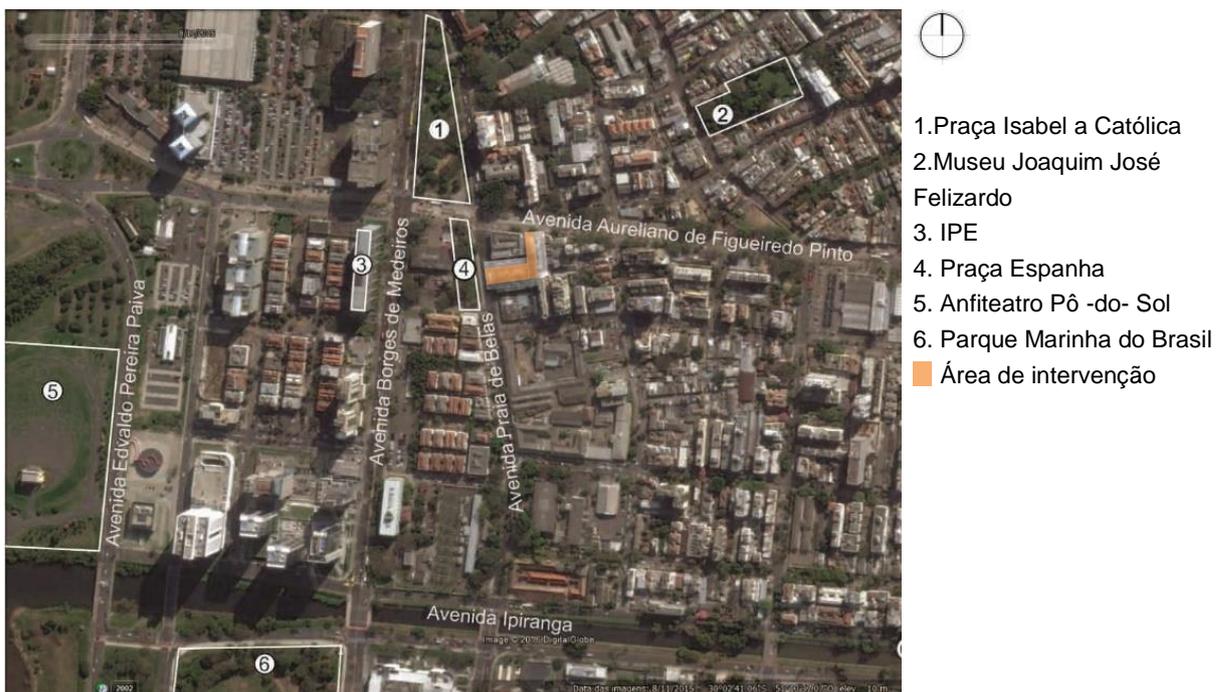
Figura 6 - Dimensões da área de intervenção



Fonte: Porto Alegre adaptada pela autora (1999)

A área é rodeada por duas praças, Espanha e Isabel, a católica; e próxima ao teatro do IPE, localizado a 200m. Em seu entorno encontram-se o Parque Marinha do Brasil e o Anfiteatro Pôr-do-Sol, o que evidencia a circulação na região de um público que se relaciona com a temática do projeto a ser proposto (Figura 7).

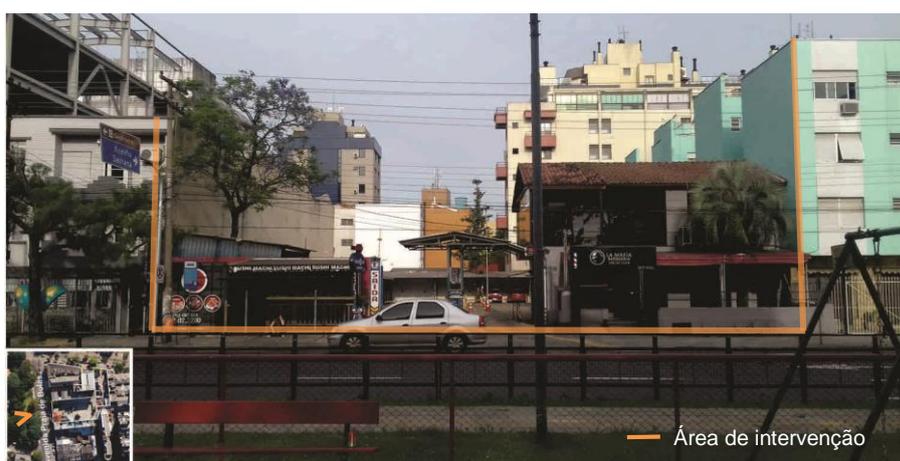
Figura 7 - Entorno



Fonte: Google adaptada pela autora (2016)

A seguir serão apresentadas fotos da área de intervenção e entorno para melhor entendimento de sua localização. A Figura 8 foi registrada na Avenida Praia de Belas e demonstra a relação do lote com as edificações vizinhas. Observa-se o alinhamento da edificação de 4 pavimentos com o passeio, o recuo existente na edificação posterior e o ponto de ônibus em frente ao lote.

Figura 8 - Vista do lote a partir da Avenida Praia de Belas



Fonte: Autora (2016)

Na a Figura 9 observa-se a Praça Espanha situada em frente a área, o fluxo intenso de veículos das 3 vias existentes e as demais edificações que compõem o entorno.

Figura 09 - Vista do lote a partir da Praça Espanha



Fonte: Autora (2016)

A Figura 10 demonstra a testada do lote situada na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto e as edificações de seu entorno. Na Figura 11 observa-se em destaque o edifício onde está localizado o teatro do IPE e as vias do corredor de ônibus destinadas aos pedestres aos domingos.

Figura 10 - Vista do lote a partir da Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto



Fonte: Autora (2016)

Figura 11 - Vista lote e entorno a partir da Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto



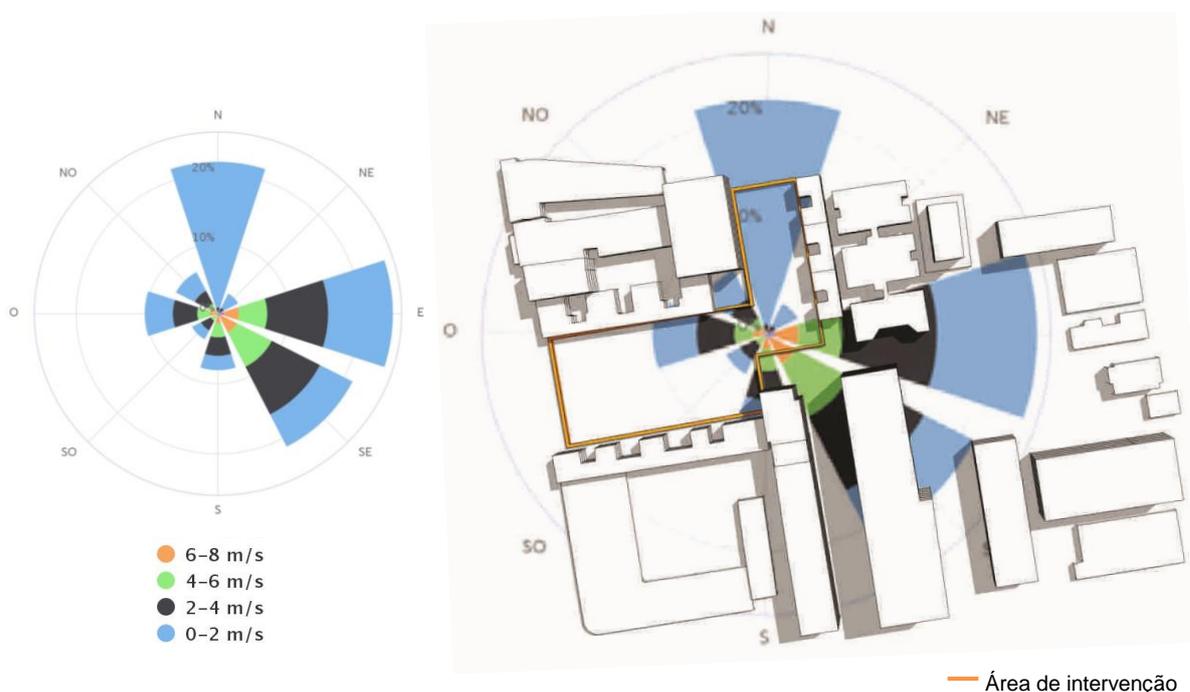
— Área de intervenção — IPE — Vias destinadas aos pedestres aos domingos

Fonte: Google adaptada pela autora (2016)

4.4 ANÁLISE BIOCLIMÁTICA

A cidade de Porto Alegre possui clima subtropical úmido, sendo as quatro estações do ano bem marcadas. Apresenta grande amplitude térmica entre o verão e o inverno, em média 11°C, Sendo a temperatura média anual de 19,5°C (PORTO ALEGRE, 2016a). Os ventos predominantes são de Leste, Sudeste e Norte, orientações que apresentam maior velocidade e frequência quando comparados às outras direções (Figura 12). Ao aplicar o gráfico da rosa dos ventos na área de intervenção, juntamente com seu entorno, constata-se que as edificações vizinhas formam uma barreira que compromete parte da ventilação vinda de Leste e Sudeste. Porém a área recebe, sem impedimento próximo, os ventos vindos de Norte e, em menor frequência, de Oeste (PROJETEEE, 2016).

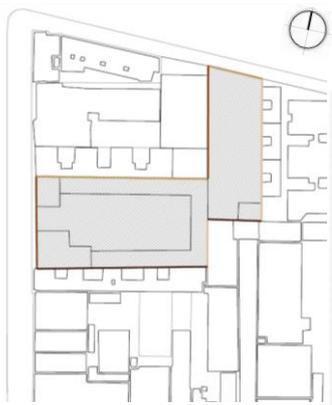
Figura 12 – Gráfico da Rosa dos Ventos de Porto Alegre



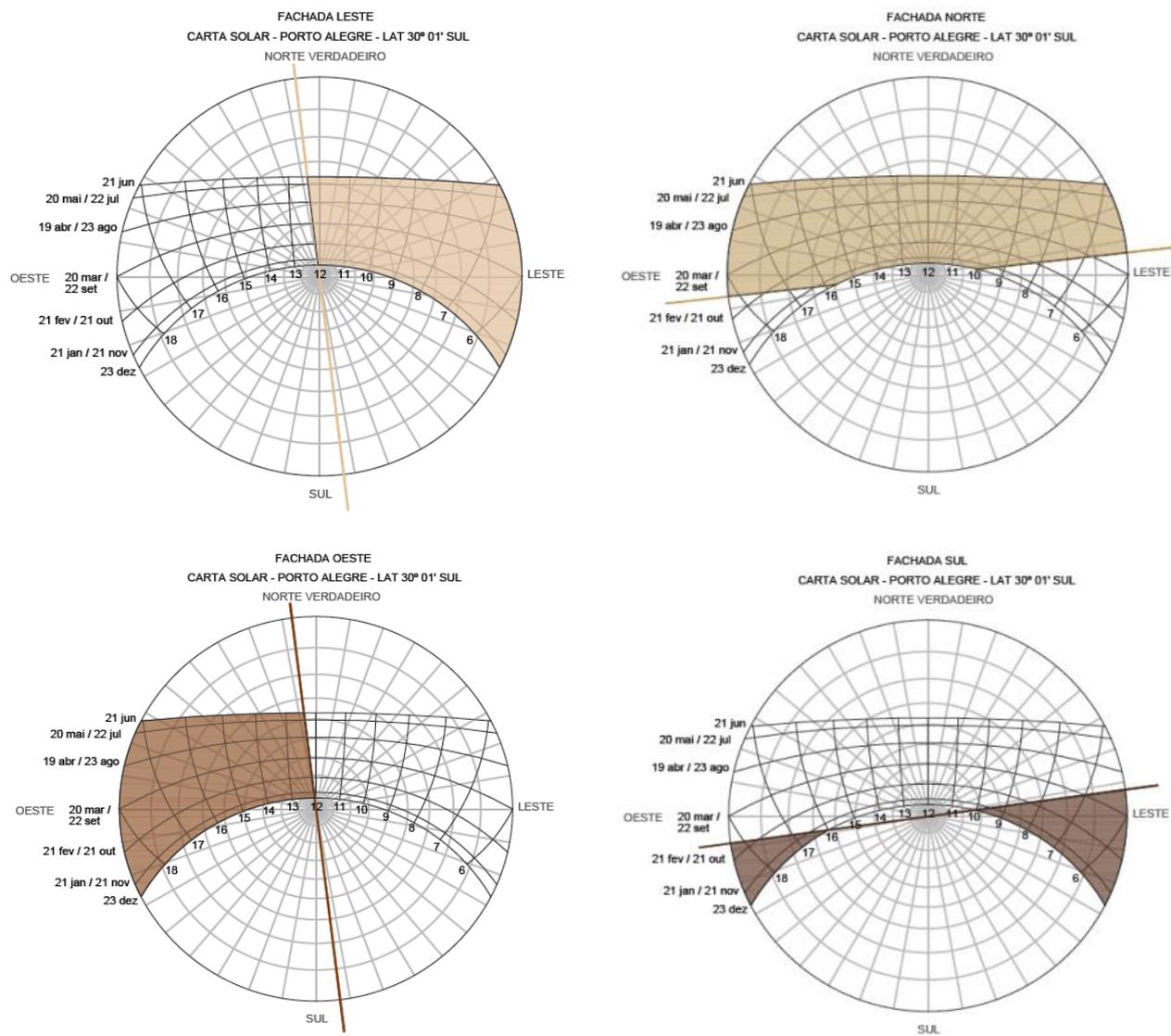
Fonte: Projeteeee (2016)

Através da análise da trajetória solar no lote é possível afirmar que as fachadas que recebem maior insolação são: Leste, Norte e Oeste. O período de insolação de cada fachada pode ser observado nas Figuras 13 e 14.

Figura 13 - Carta solar com análise de insolação



Lote com marcação das fachadas analisadas



Fonte: Projeteer (2016)

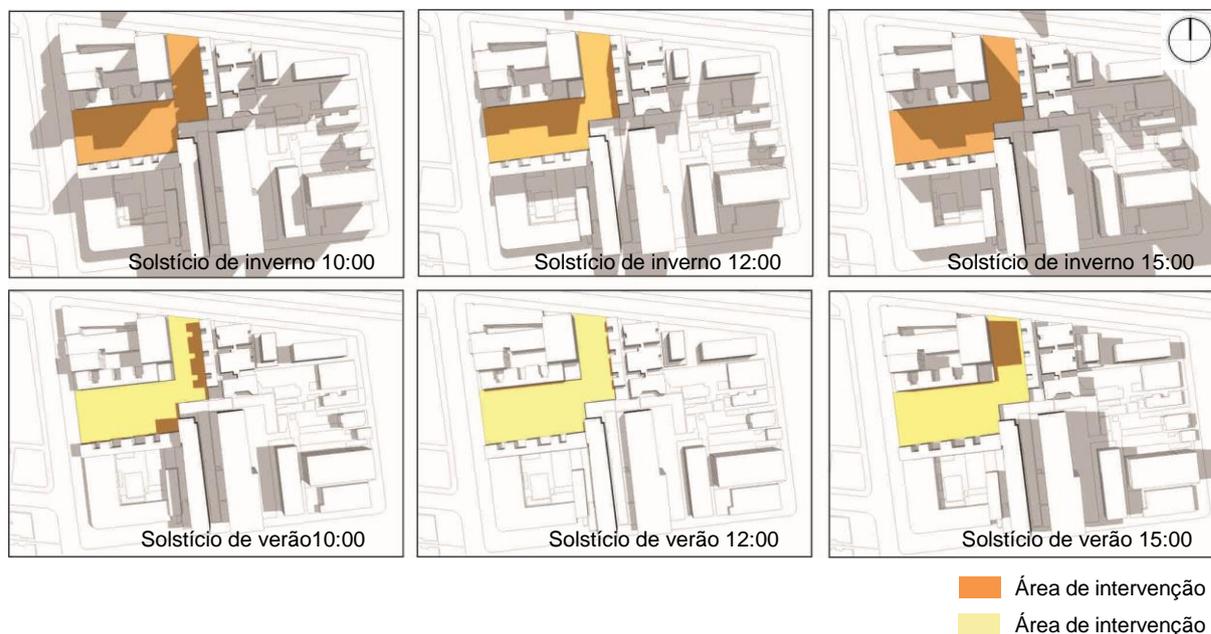
Figura 14 - Resultados da análise da Carta Solar

	Horário insolação Solstício de verão	Horário insolação Solstício de inverno
Leste	das 05:00 às 12:25	das 06:50 até 12:10
Norte	das 10:00 às 15:45	das 7:00 às 17:15
Oeste	das 12:00 às 19:00	das 12:30 às 17:15
Sul	das 06:30 às 10 e das 16: às 19:00	-

Fonte: Autora (2016)

De acordo com a literatura, para o melhor aproveitamento da insolação direta, a face mais longa do edifício deve estar voltada a norte, pois assim se garante o ganho de radiação no inverno e menores ganhos no verão (LAMBERTS, 2016). A área definida possui sua maior dimensão voltada a Norte, o que facilitará a implantação do edifício nessa orientação, e a Oeste, sendo sombreada pela edificação vizinha que possui 6 pavimentos. A influência dos sombreamentos incidentes no lote deverá ser considerada para tomada de decisões. A incidência solar e o sombreamento nos solstícios de inverno e verão podem ser observados na Figura 15.

Figura 15 - Insolação



Fonte: Autora (2016)

Na Figura 16 estão relacionadas algumas estratégias de controle climático que poderão ser adotadas no projeto a ser proposto.

Figura 16 - Estratégias de controle climático para projeto arquitetônico

		CONDUÇÃO	CONVECÇÃO	RADIAÇÃO	EVAPORAÇÃO
INVERNO	Promover ganhos			Promover ganho de calor solar	
	Resistir às perdas	Minimizar fluxos de calor por condução	Minimizar fluxo de ar externo Minimizar infiltração de ar		
VERÃO	Resistir aos ganhos	Minimizar fluxos de calor por condução	Minimizar infiltração de ar	Minimizar ganho solar	Promover resfriamento evaporativo
	Promover Perdas	Promover resfriamento através do solo	Promover ventilação	Promover resfriamento radiativo	
	Fontes de calor	Atmosfera		Sol	
	Fontes de resfriamento	Solo	Atmosfera	Céu	Atmosfera

Fonte: Lamberts (2014)

4.5 ENTORNO

O bairro Cidade Baixa possui característica homogêneas, seguindo um certo padrão no tamanho do grão. É limitado pelo eixo da Avenida Borges de Medeiros que divide a cidade modernista, caracterizada por grandes edifícios públicos e baixa ocupação do solo, da cidade “antiga” caracterizada por edificações sem recuos, baixas alturas e ocupação densa do solo.

O lote em estudo está inserido no bairro, as principais vias de acesso a ele são a Avenida Praia de Belas e Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto. Ambas possuem fluxo intenso e se conectam com a Avenida Borges de Medeiros, principal rua do centro da cidade.

A área de intervenção está situada em meio a edificações institucionais, de serviço e algumas residências conforme Figura 17. Tais características são favoráveis ao projeto pretendido, pois a o local possui diversidade de usos tornando a região um local ativo em grande parte do dia.

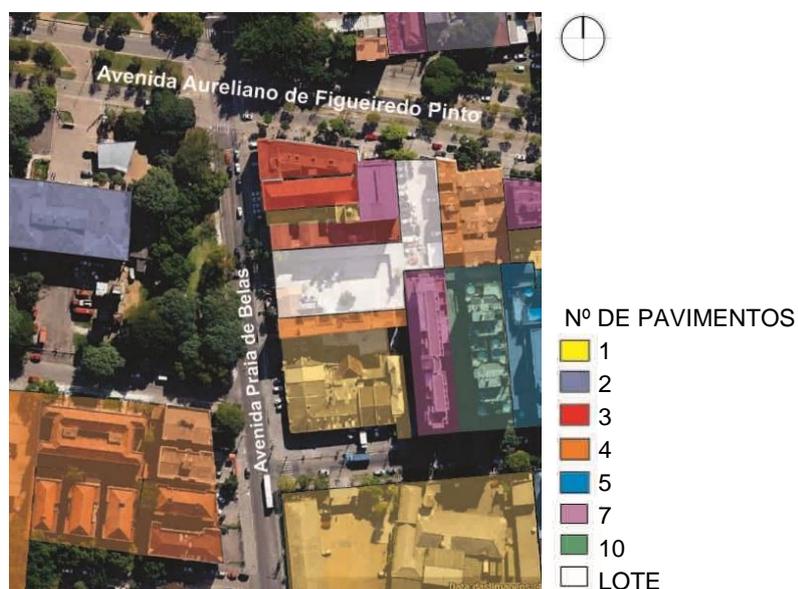
Figura 17 - Análise de usos



Fonte: Google adaptado pela autora (2016)

Percebe-se que o bairro segue um padrão no tamanho do grão. As edificações, em sua maioria, são caracterizadas por não possuir recuos e por ocupar densamente o solo. A região possui diversidade na altura das edificações, sendo predominante as de 4 pavimentos e de 1 pavimento (Figura 18).

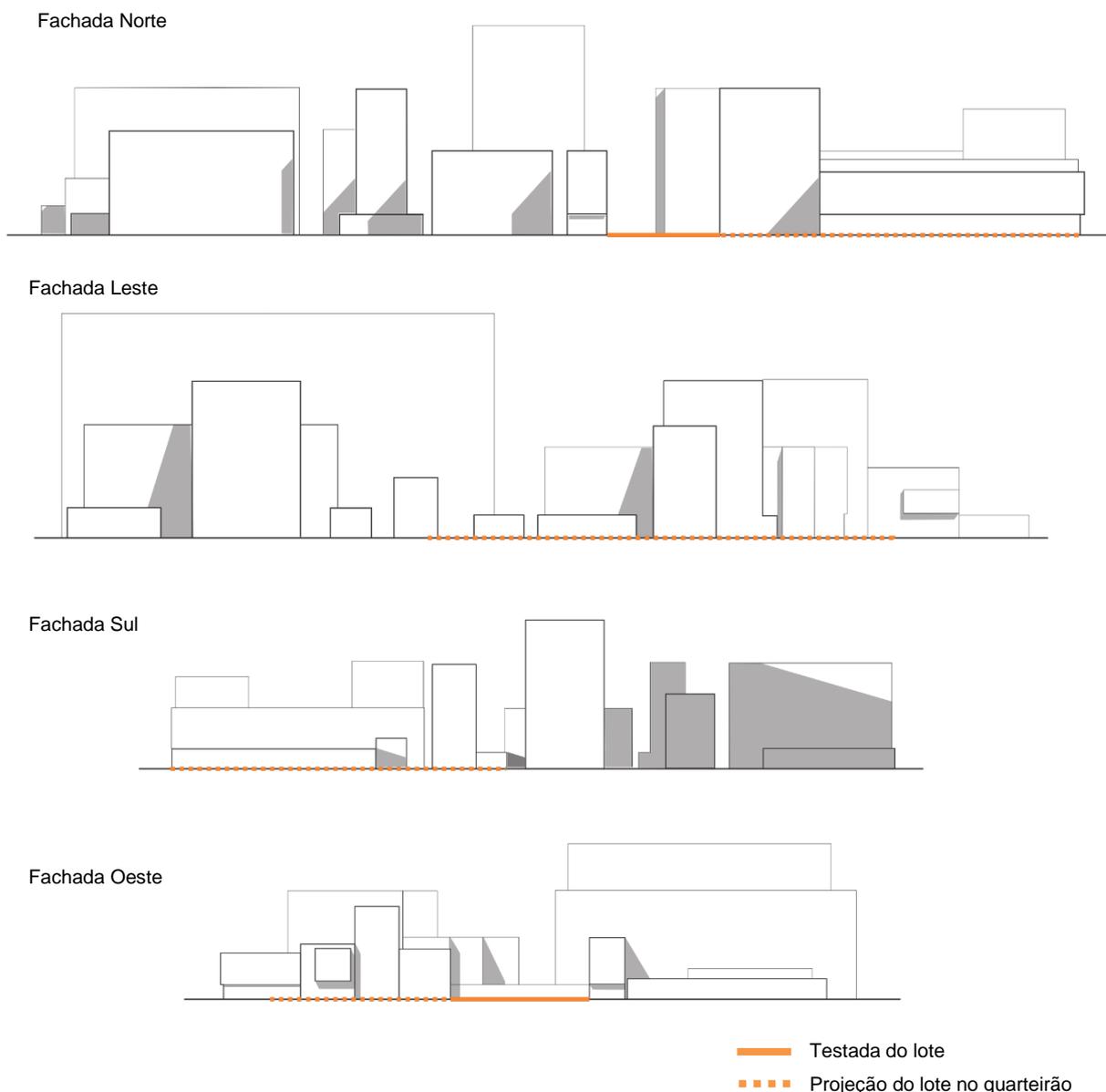
Figura 18 - Análise de alturas



Fonte: Google adaptado pela autora (2016)

Fazem divisa com o lote edificações com 3, 4 e 7 pavimentos, tal característica será considerada no desenvolvimento da proposta (Figura 19).

Figura 19 - Fachadas do quarteirão



Fonte: Autora (2016)

4.6 FLUXO VIÁRIO

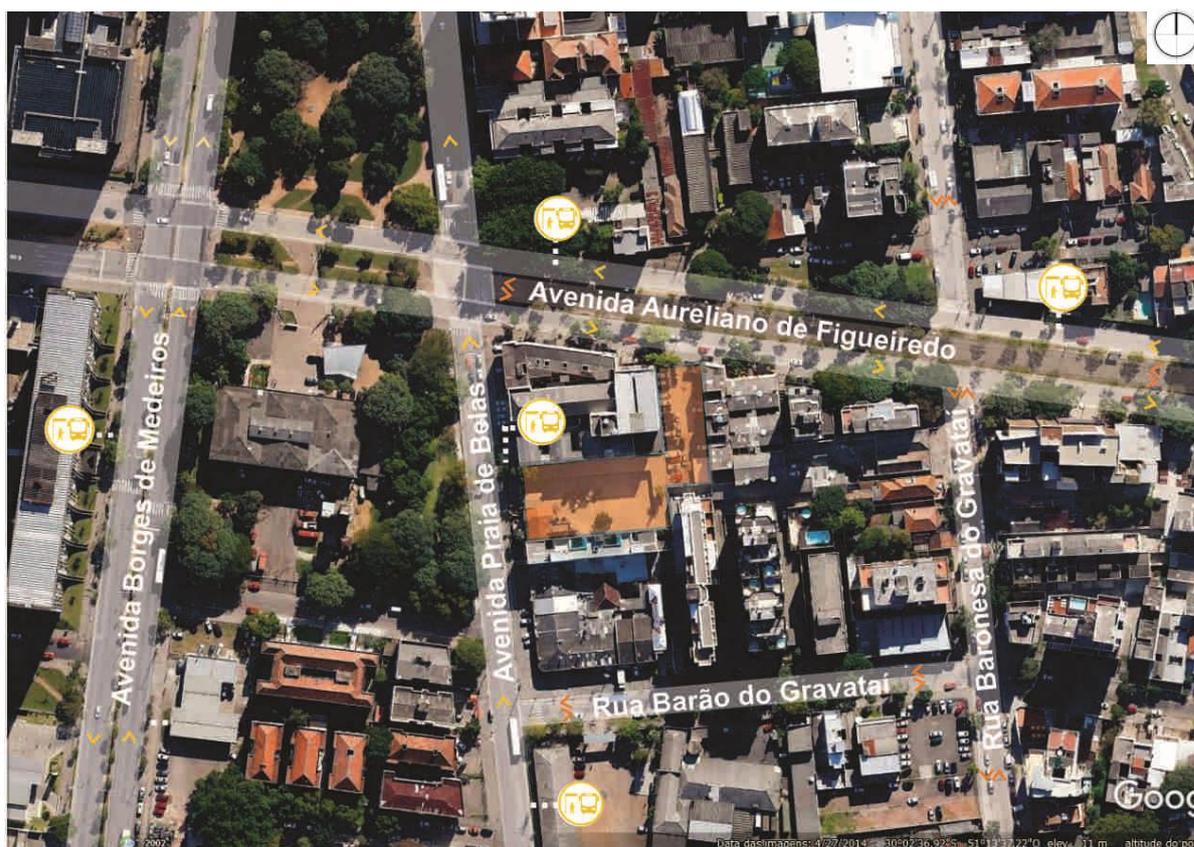
Verifica-se que as vias de maior fluxo de veículos são as Avenidas Aureliano de Figueiredo Pinto que possui duas pistas em cada um dos sentidos e um corredor de ônibus central; e a Avenida Praia de Belas, caracterizada por 3 pistas no sentido Sul- Norte. Ambas as avenidas dão acesso à zona Sul da cidade e possuem conexão com a Avenida Ipiranga, um dos principais eixos entre Zona Oeste e Zona Leste de

Porto Alegre. Destaca-se também a proximidade do lote a Avenida Borges de Medeiros que delimita a Área Administrativa do Estado da malha da cidade, é a principal conexão do Centro com a área do lote e a zona Sul, dando acesso ao Parque Marinha do Brasil, Estádio Beira-Rio e Museu Iberê Camargo.

O fluxo de pedestres na área é intenso em função das instituições estatais, do comércio, serviço e dos parques ali localizados. Aos domingos o corredor de ônibus situado na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto é isolado e destinado aos pedestres, proporcionando movimentação à região.

Na figura pode-se observar que a área é bem servida pelo transporte coletivo, havendo ponto de ônibus nas vias de maior fluxo, sendo um deles localizado em frente ao lote, facilitando o acesso dos futuros usuários a Casa ALICE. Abaixo está representado também o sentido do fluxo das vias (Figura 20).

Figura 20 - Fluxo viário



- | | | | | | |
|---|--------------------|---|-------------------------------|---|---------------------|
|  | Corredor de ônibus |  | Via de mão dupla com 2 pistas |  | Área de intervenção |
|  | Ponto de ônibus |  | Via de mão única com 3 pistas | | |

Fonte: Google adaptado pela autora (2016)

4.7 REGIME URBANÍSTICO

Para desenvolvimento adequado da proposta é necessário conhecer a legislação do município. Para isso, foi consultado o PDDUA (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre) que apresenta diretrizes para a ocupação do solo nas diversas áreas da cidade. A partir dessas informações foram obtidas orientações para a correta intervenção e melhor aproveitamento do lote. Conforme citado anteriormente, o lote está localizado no Bairro Cidade Baixa, situado na área denominada Cidade Radiocêntrica conforme nomenclatura do PDDUA (Figura 21) (PORTO ALEGRE, 2010).

Figura 21 - Macrozonas



Fonte: Porto Alegre (2010)

Segundo PDDUA, a Cidade Radiocêntrica está localizada na Macrozona 1 que engloba o território compreendido pelo Centro Histórico, Cidade Baixa e sua extensão até a III Perimetral, constituindo a área mais estruturada do Município, com incentivo à miscigenação e proteção ao patrimônio cultural; o Corredor de Urbanidade envolve parcialmente o bairro, e se caracteriza pela presença de Patrimônio Cultural a ser valorizado e pela necessidade de investimentos públicos e privados que propiciem a interação social (PORTO ALEGRE, 2010).

No que tange ainda a região do lote e da Cidade Baixa, o Plano Diretor o caracteriza na subclassificação de Área de Interesse Cultural (Mista 02) que possuem maior diversidade urbana em relação às áreas com predomínio de residências, onde se estimule o comércio varejista, a prestação de serviços e demais atividades que

representem apoio à atividade habitacional e ao fortalecimento de centralidades (PORTO ALEGRE, 2010).

Sendo assim, o projeto pretendido justifica-se por possuir caráter cultural e promover a diversidade urbana em uma região contemplada por residências e comércio.

Conforme o PDDUA, as observações referentes à legislação das edificações são:

- Avenida Praia de Belas- Índice de aproveitamento (IA) máximo de 3,0; não é necessário afastamentos ou recuos de jardim; altura na divisa máxima de 18,00m e na base de 9,00m; Taxa de ocupação (TO) de 90% na base e 75% no corpo (PORTO ALEGRE, 2010).
- Avenida Aureliano Pinto 465- Índice de aproveitamento (IA) máximo de 3,0; não é necessário afastamentos ou recuos de jardim; altura na divisa máxima de 18,00m e na base de 9,00m (PORTO ALEGRE, 2010).

5 PROPOSTA DE PROJETO

Os projetos referenciais serão apresentados em duas propostas: análogos e formais.

Os projetos análogos escolhidos tem por finalidade se assemelharem ao programa de necessidades do projeto pretendido. Porém, algumas das referências utilizadas não contemplam todas as funções que a Casa ALICE abrigará, em função disso foram analisadas ONGs e instituições que tem como foco temas que, em partes, se assemelham a ALICE.

Os projetos referenciais formais analisados possuem soluções arquitetônicas e construtivas, volumetria e conceito que correspondem com as intenções de projeto que serão aplicadas na Casa ALICE. Essas referências não possuem, necessariamente, relação com o tema ONG.

5.1 PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS

5.1.1 Casa do Jongo - Rio de Janeiro (Brasil)

A ONG Jongo da Serrinha está localizada na rua Compositor Silas de Oliveira, nº 101, no Morro da Serrinha, em Madureira, Rio de Janeiro há mais de dez anos, resgatando o jongo para as novas gerações (RUALAB, 2016).

O Grupo Cultural é uma organização social, com cerca de 50 anos, que promove ações integradas entre cultura, arte, memória, desenvolvimento social, trabalho e renda. Atua em parceria com o poder público, privado e instituições internacionais para a promoção do jongo como patrimônio imaterial do sudeste e seus desdobramentos sociais para desenvolvimento humano. O local para construção da Casa Jongo foi cedido pela Prefeitura do Rio de Janeiro no ano de 2013 e foi projetada e reformada em parceria com a Empresa RUA Arquitetos (JONGO DA SERRINHA, 2016).

O projeto prevê a transformação dos escritórios e galpão de uma antiga gráfica em um centro cultural e educacional. Parte da intenção de assimilar no interior do lote a vida urbana que o circunda, transformando a edificação numa extensão do tecido envolvente. Essa diretriz se confirma na subtração da área central da construção existente, resultando na criação de uma praça (Figuras 22, 23 e 24) (ARCOWEB, 2016).

Figura 22 - Evolução da proposta

Fonte: Jongo da Serrinha adaptada pela autora (2016)

Figura 23 - Situação atual

Fonte: Jongo da Serrinha (2016)

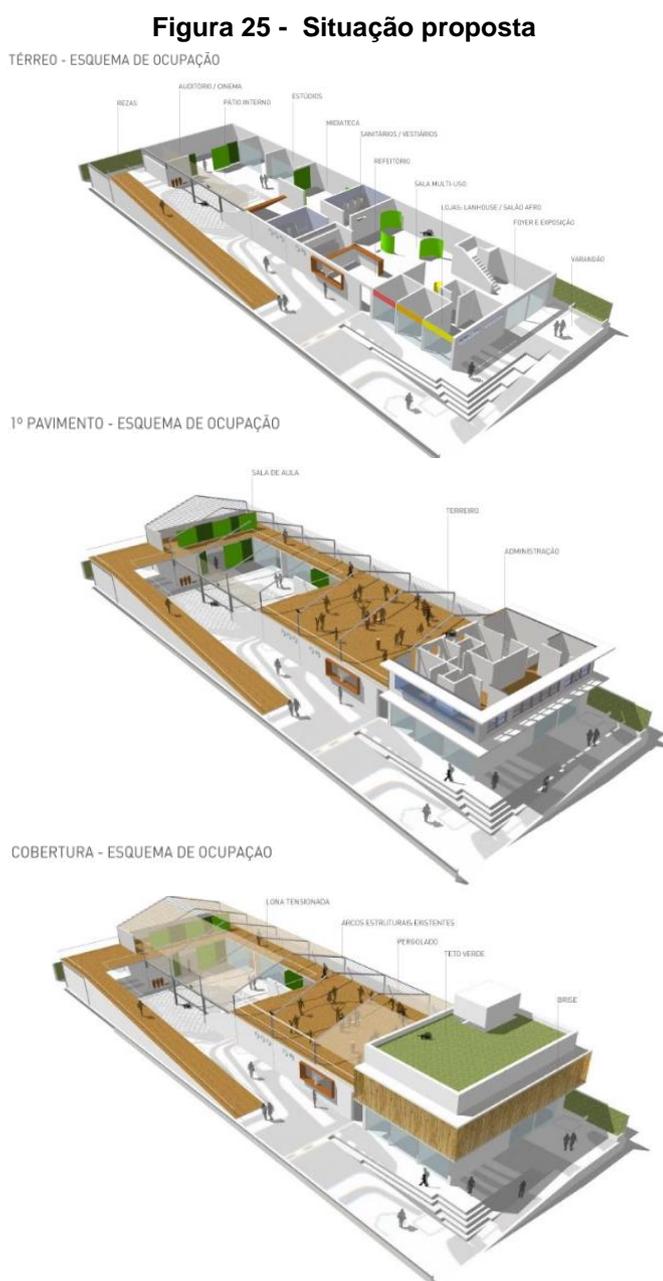
Figura 24 - Situação proposta

Fonte: Jongo da Serrinha (2016)

No segundo pavimento localiza-se uma praça com vegetação e coberturas leves para abrigar as festas. A área construída de 1.700,00 m², tem o objetivo de estreitar o relacionamento com as escolas públicas locais, desenvolver atividades de empreendedorismo juvenil e geração de renda (produção cultural, turismo, economia solidária, etc.) e oferecer cultura gratuitamente para o bairro, com salas de cinema,

estúdio de gravação, lojas e exposição permanente (Figura 25) (JONGO DA SERRINHA e ARCOWEB, 2016).

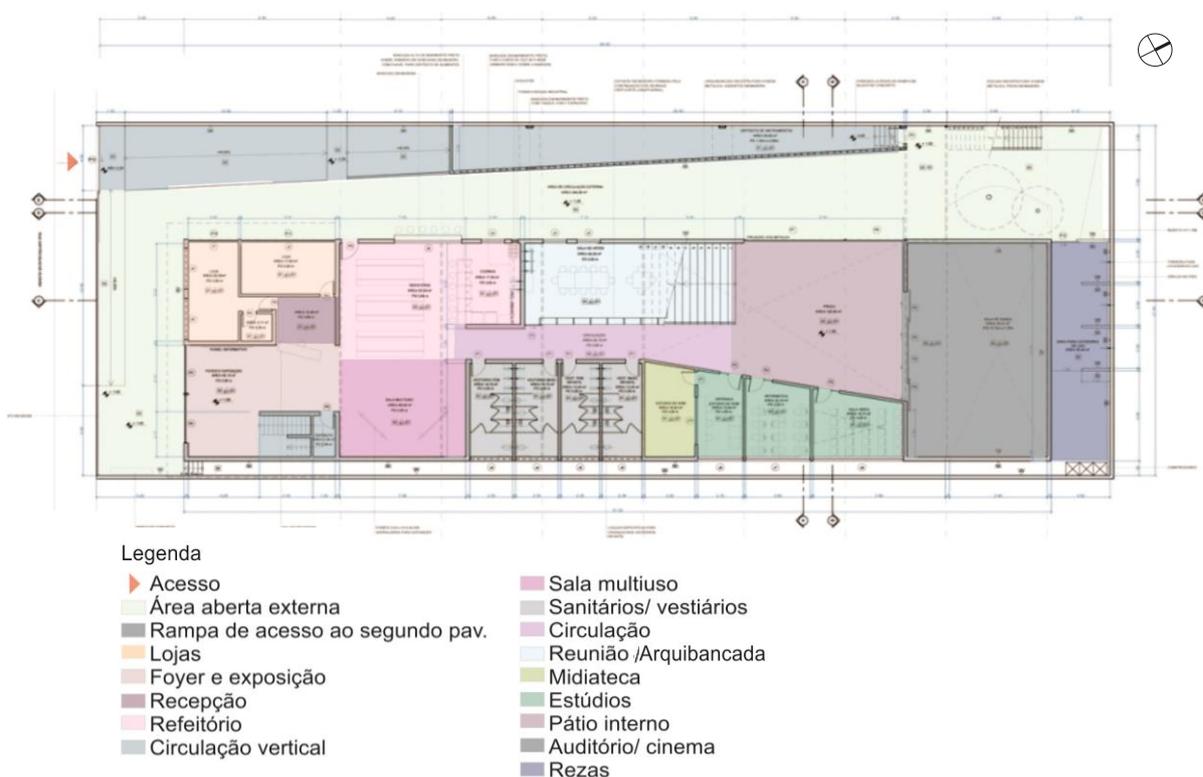
Este projeto foi escolhido como análogo ao tema devido às funções que abriga se assemelharem com as da Casa ALICE. O programa de necessidades contempla uma varanda, espaço para exposição, sala multiuso, refeitório, espaço para comércio, midiateca, sala de estudos, auditório/ cinema, espaço para rezas, sala de aula, espaço administrativo, terreiro e praça anfiteatro coberta (ARCOWEB, 2016).



Fonte: Jongo da Serrinha (2016)

O térreo é destinado as atividades abertas a população, como os espaços de educação, mídia e encontro. Possui uma relação franca com o exterior, através de uma rua interna na lateral, que se mescla com a rampa de acesso ao 1º pavimento, proporcionando livre circulação aos usuários, trata-se de uma extensão do tecido urbano do entorno (Figura 26). Assim como a subtração existente no centro da edificação que proporcionou a criação de uma praça, reafirmando o caráter inclusivo do projeto (Figura 27). Tais características serão consideradas no desenvolvimento do projeto da Casa ALICE (ARCOWEB, 2016).

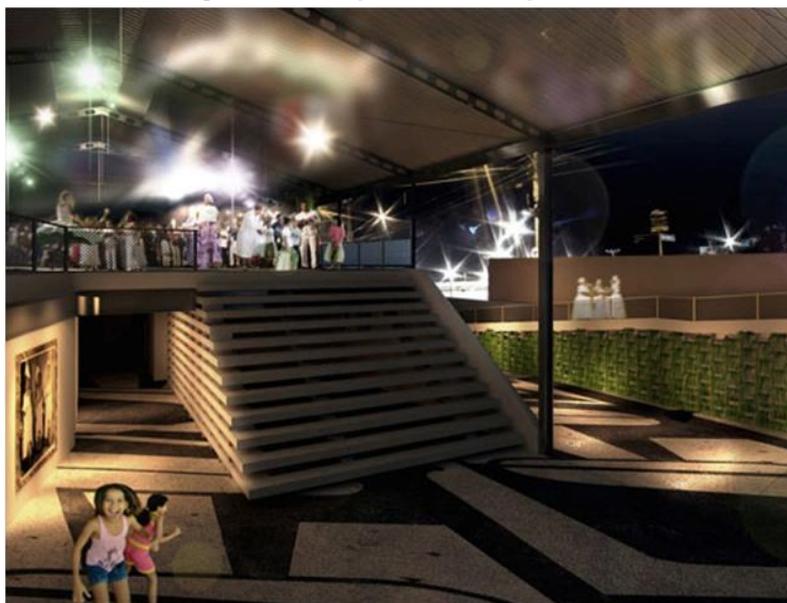
Figura 26 - Planta baixa térreo



Fonte: Arcoweb adaptada pela autora (2016)

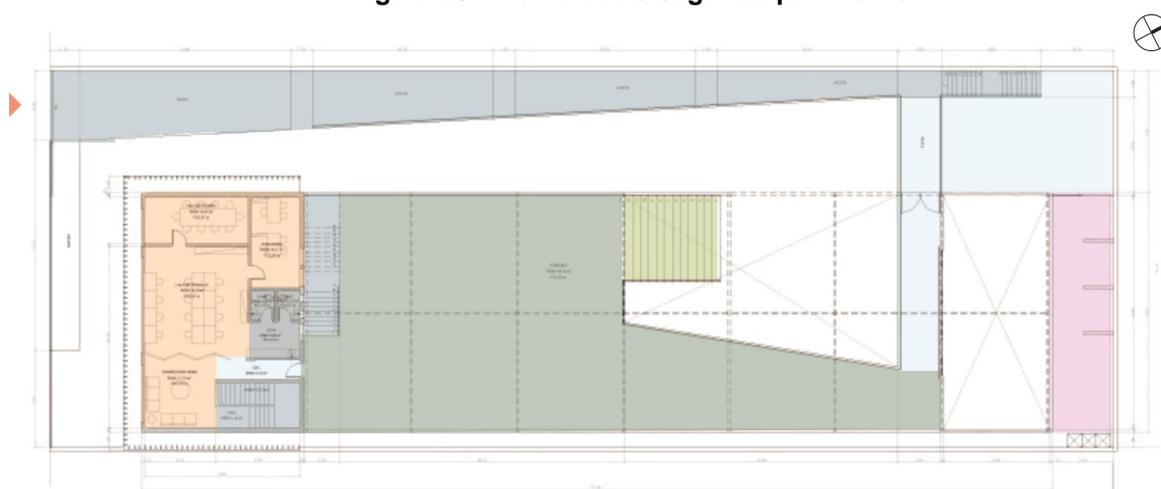
O segundo pavimento abriga o setor administrativo, o terreiro e a sala de aula. Através dele se tem acesso ao terraço verde onde se localiza o terraço jardim e a horta (Figura 28) (JONGO DA SERRINHA, 2016).

Figura 27 - Arquibancada e pátio interno



Fonte: Rua Lab (2016)

Figura 28 - Planta baixa segundo pavimento



Legenda

- ▶ Acesso
- Administração
- Sanitários
- Circulação
- Circulação vertical
- Terreiro
- Arquibancada
- Sala de aula

Fonte: Arcoweb adaptada pela autora (2016)

5.1.2 Espaço Alana- São Paulo (Brasil)

O Espaço Alana está localizado na Rua Erva do Sereno, 642, Jardim Pantanal, São Paulo- SP. O projeto foi desenvolvido por Rodrigo Ohtake Arquitetura (Figura 29).

Figura 29 - Foto aérea do Espaço Alana



Fonte: Ohtake (2016)

Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, que aposta em projetos que buscam a garantia de condições para a vivência plena da infância. Foi fundada em 1994, e tem como missão “honrar a criança” (INSTITUTO ALANA, 2016).

O projeto proporcionou à ONG um espaço em que a entidade pôde consolidar suas ações na região e oferecer à comunidade um local para socialização e incentivo de atividades coletivas (Figura 30 e 31) (INSTITUTO ALANA, 2016).

Figura 30 - Perspectiva frontal



Fonte: Ohtake (2016)

Figura 31 - Marquise e pátio



Fonte: Fonte: Alana (2016)

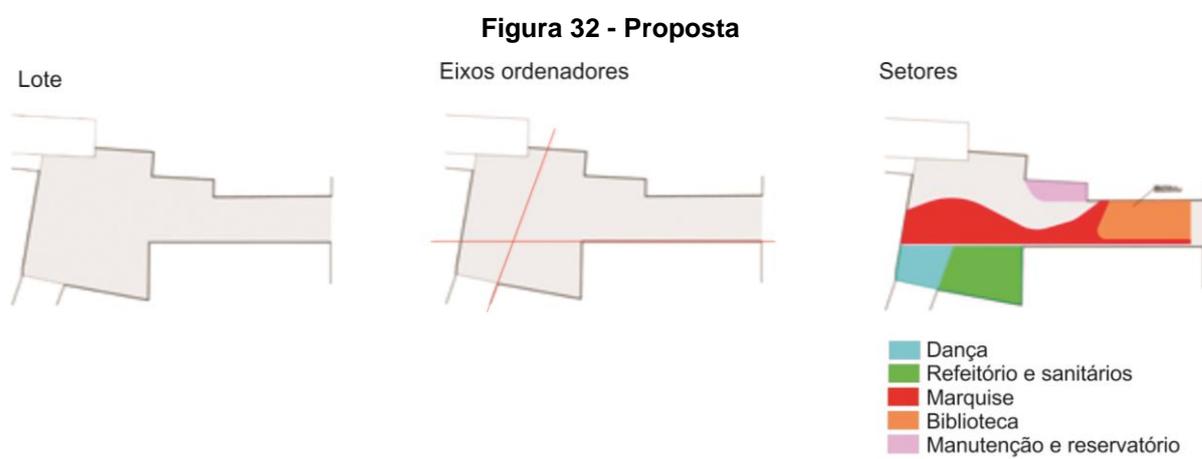
O local conta com biblioteca, brinquedoteca, escola de música, auditório, cantina, associação da comunidade, administração e uma praça coberta, somando 800,00m², distribuídos em uma área de 1.260,00m². Todas as atividades acontecem em torno do vazio central, ponto de confluência de todos os espaços.

O projeto foi escolhido como referência análoga por abrigar funções semelhantes com as que serão desenvolvidas na Casa ALICE e por ter uma forte relação com o espaço aberto.

A implantação é composta por 3 volumes. Um deles possui 2 pavimentos, onde estão acomodados o espaço para apresentação e auditório, com capacidade para 60

lugares, e espaço para múltiplo uso, como sanitários, cantina e sede da associação comunitária. No pavimento superior desse bloco está localizada a área administrativa, uma sala de música e a sala destinada à associação comunitária. Os outros dois blocos são térreos, onde está localizada a biblioteca e sala de equipamentos e manutenção (Figura 32) (OHTAKE, 2016).

O local contempla um amplo espaço aberto, praça ao ar livre destinada a recreação e que dá acesso aos módulos edificadas, possui iluminação natural dos ambientes internos e externos, cobertos (OHTAKE, 2016).

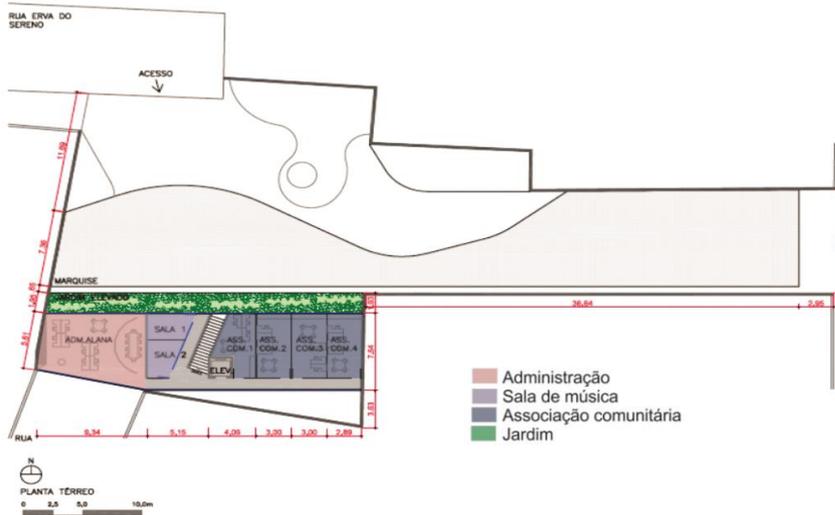
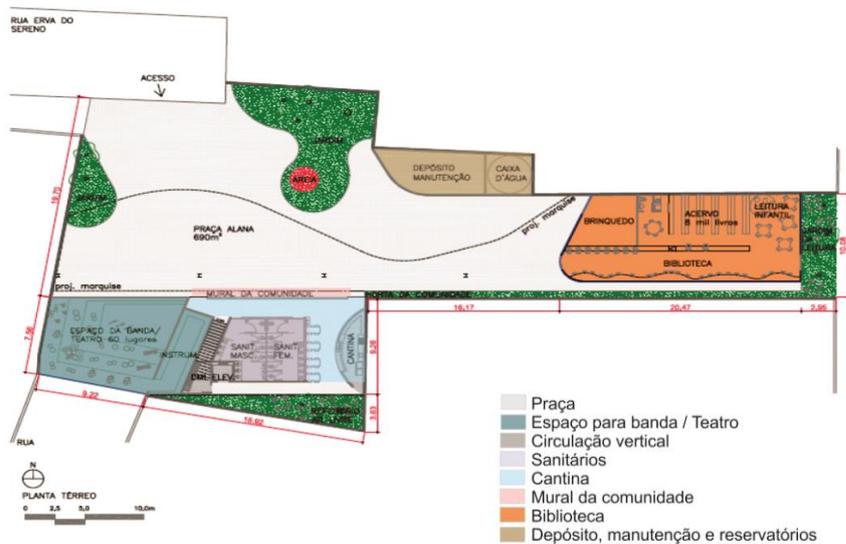


Fonte: Ohtake adaptada pela autora (2016)

Observa-se que a maioria dos espaços de uso comunitário está localizada no pavimento térreo, facilitando o ingresso e a relação entre os ambientes com o exterior. O acesso aos blocos através da praça ao ar livre mescla o espaço público com o privado e reforça a integração da comunidade com a edificação. É um local livre e convidativo (Figuras 33 e 34) (OHTAKE, 2016).

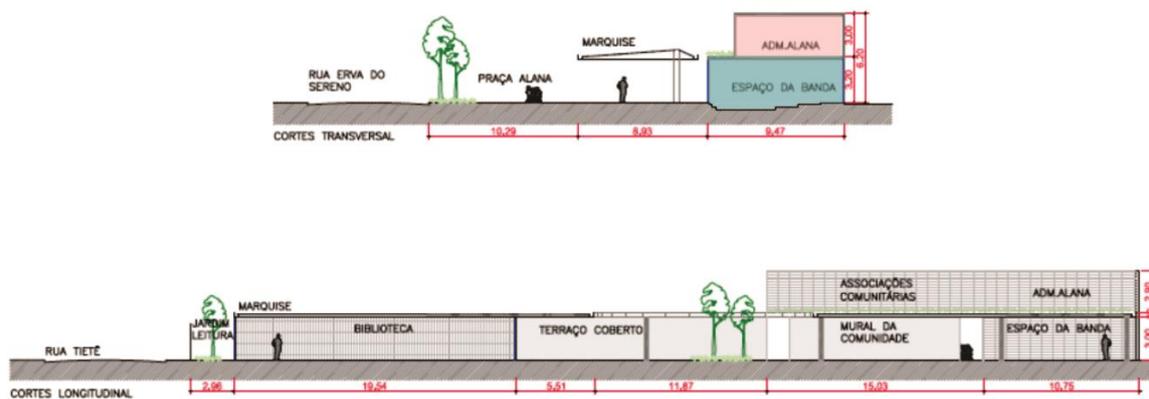
Ao analisar as plantas baixas observa-se algumas dimensões que são relevantes para o desenvolvimento do projeto tema da presente pesquisa, pois seu porte se assemelha ao do Espaço Alana. Para área administrativa foram destinados 50,00m²; as circulações possuem, em média 1,25m de largura; a cantina ocupa 40,00m²; a biblioteca é o espaço fechado com maior dimensão, tendo a área de 150,00m²; a área técnica ocupa 45,00m². É evidente a predominância e a valorização do espaço externo que foram contemplados com 690,00m² de área. Tais dimensões serão consideradas para elaboração do programa de necessidades da Casa ALICE.

Figura 33 - Planta baixa térreo e segundo pavimento



Fonte: Ohtake adaptada pela autora (2016)

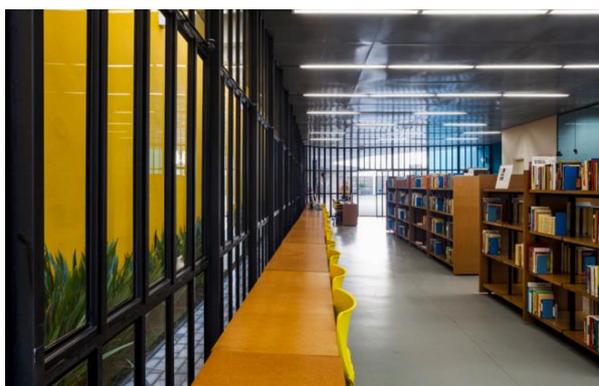
Figura 34 - Corte transversal e fachada norte



Fonte: Ohtake (2016)

O projeto ocupa o terreno de forma a preservar as características urbanas familiares à comunidade sem abrir mão de torna-lo um local de referência. Planos de vidro com caixilhos regulares, superfícies curvilíneas coloridas e a marquise translúcida, são exemplos das soluções técnicas inovadoras, qualidade no emprego dos materiais e dos atributos estéticos que se contrapõem à escala do projeto e das soluções de implantação (Figuras 35 e 36) (OHTAKE, 2016).

Figura 35 - Biblioteca



Fonte: Ohtake (2016)

Figura 36 - Acesso principal



Fonte: Ohtake (2016)

O conjunto se qualifica sem modificar o sentido local, mas oferecendo a ele soluções técnicas inovadoras e atributos estéticos arrojados. A marquise sintetiza estas qualidades. Além de demarcar o espaço entre a cidade e o lote, sua forma singular é marcante, apesar de ser um grande objeto no projeto sua presença se dissolve em função do material translúcido utilizado, que abriga sem confinar (Figuras 37 e 38) (OHTAKE, 2016).

Figura 37 - Salas associação



Fonte: Ohtake (2016)

Figura 38 - Marquise



Fonte: Ohtake (2016)

5.1.3 SESC Pompéia- São Paulo (Brasil)

O SESC Pompéia está localizado na cidade de São Paulo, Rua Clélia, 93 - Barra Funda. Foi projetado pela arquiteta italiana, radicada no Brasil, Lina Bo Bardi, com colaboração dos arquitetos André Vainer e Marcelo Carvalho Ferraz, e inaugurado em 1982 (Figura 39) (BORGES, 2016).

Figura 39 - Sesc Pompéia



Fonte: Fracalossi (2016)

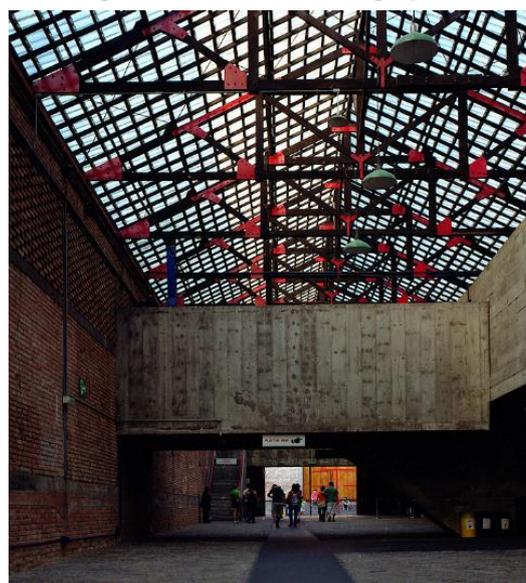
Trata-se de um centro de cultura e lazer que reúne teatros, quadras esportivas, piscina, lanchonete, restaurante, espaços de exposições, oficinas, área de leitura e internet livre, entre outros serviços (NAHAS, 2008).

O SESC Pompéia é uma intervenção em um conjunto de galpões de uma antiga fábrica de tambores. O objetivo da arquiteta foi recriar um espaço de convivência social já existente nas instalações da fábrica, reunindo pessoas de todas as idades em um mesmo local (NAHAS, 2008).

O projeto contrasta o novo com o antigo, sintetizando as diferenças encontradas no bairro industrial onde está introduzido. Os materiais originais aparentes reforçam esse caráter, através da remoção do reboco das alvenarias, revelando o tijolo de barro; limpeza das telhas existentes e substituição de algumas por telhas de vidro, proporcionando melhoria na incidência de iluminação natural no ambiente (Figura 40 e 41) (NAHAS, 2008).

Figura 40 - Deck e galpões

Fonte: Fracalossi (2016)

Figura 41 - Interior dos galpões

Fonte: Fracalossi (2016)

A arquiteta teve como fator determinante para a concepção do projeto o componente popular, desenvolveu algo que contempla e cria o interesse de diversas faixas etárias e diversas classes sociais, sem discriminação, através de um espaço que comporta uma programação abrangente e inclusiva, de soluções espaciais de acessibilidade (trazer a rua, a vida pública para o projeto) (Figura 42 e 43) (FERRAZ, 2016).

Segundo Lina, o local seria um “meio para alcançar certos resultados coletivos... um ponto de reunião que não seja uma imposição cultural ou um fato artístico” (SESC, 2016).

Figura 42 - Rua interna

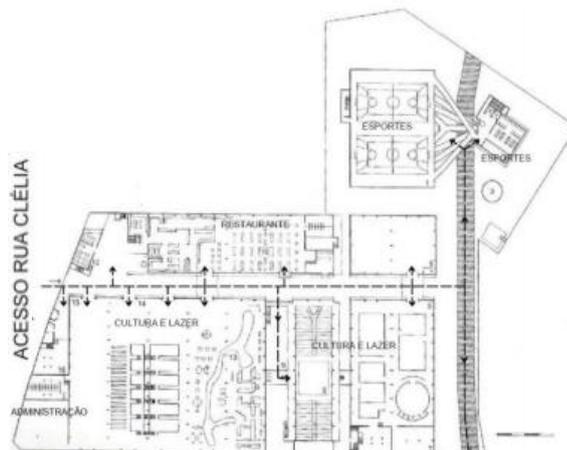
Fonte: Stankuns (2016)

Figura 43 - Biblioteca

Fonte: Stankuns (2016)

Através dessas premissas o projeto se desenvolveu em um eixo principal, que configura-se em uma “Rua Principal” de acesso ao complexo. Ao longo desta rua estão distribuídas as atividades e os setores que compõem o conjunto (Figura 44).

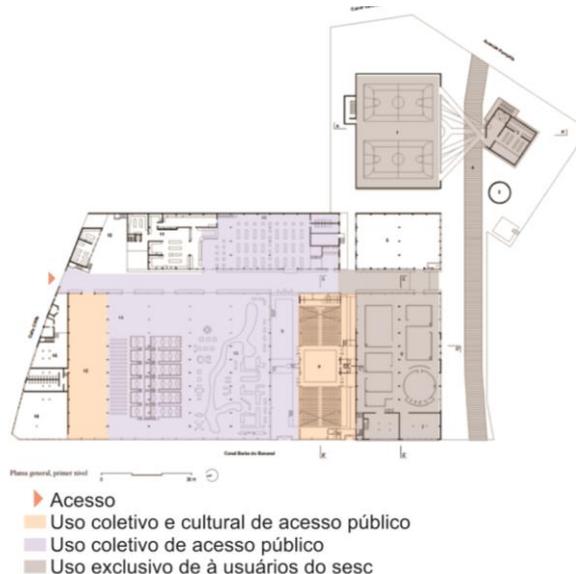
Figura 44 - Planta baixa indicando o acesso principal e as possibilidades de percursos



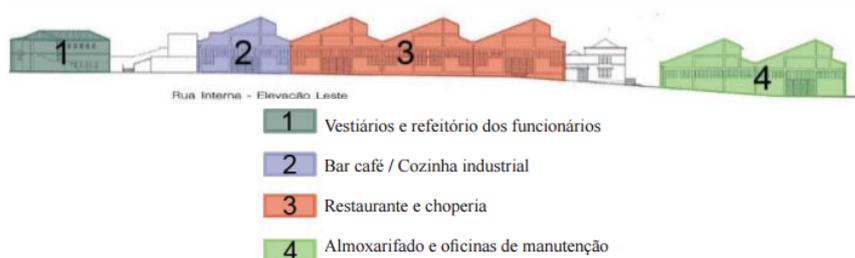
Fonte: Marques (2014)

O setor administrativo está localizado ao lado direito do acesso principal, seguido da área de exposições, biblioteca, estar, vestíbulo, teatro arena, ateliês e laboratório fotográfico. No lado oposto está localizado o refeitório dos funcionários, uma pequena praça, cozinha, restaurante e oficinas de manutenção. Os blocos esportivos estão localizados ao fundo do terreno, juntamente com o reservatório (Figuras 45, 46 e 47) (BORGES, 2016).

Figura 45 - Divisão das os espaços por suas atividades



Fonte: Marques adaptada pela autora (2014)

Figura 46 - Elevação leste

Fonte: Marques (2014)

Figura 47 - Elevação Oeste

Fonte: Marques (2014)

Assim como nos projetos analisados anteriormente, se repete aqui, a separação do setor administrativo e de serviço dos setores destinados ao público em geral. As áreas de convivência são muito amplas e integram as funções ali realizadas (Figura 48). A conexão entre os setores se dá através da Rua que permeia toda extensão do projeto e do Deck localizado ao fundo, incentivando a relação do usuário com o espaço externo (Figura 49) (MARQUES, 2014).

Figura 48 - Espaço de estar com lareira e espelho d'água

Fonte: Machado (2014)

Figura 49 - Teatro arena

Fonte: Machado (2014)

Através da análise percebe-se que as intenções iniciais da arquiteta foram alcançadas. A rua como conectora e promotora de sociabilidade, os espaços de exposições, o restaurante público com mesas coletivas, as atividades a céu aberto, promovem um ambiente de convívio espontâneo, de bem estar e lazer, que beneficiam toda a comunidade.

Por estes motivos o SESC Pompéia foi escolhido como análogo ao tema desta pesquisa, embora possua proporções muito maiores das que a Casa ALICE abrigará, as funções exercidas nela serão muito semelhantes.

5.2 PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS

5.2.1 Instituto Goethe- Santiago (Chile)

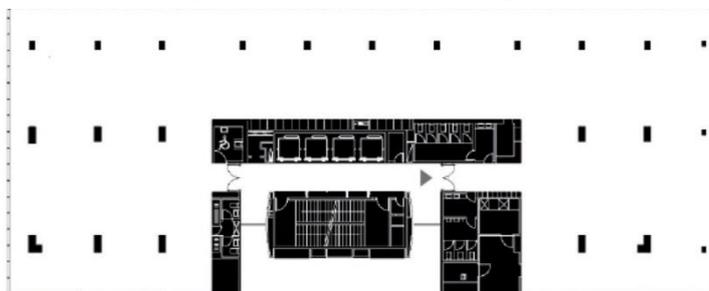
O Instituto Goethe está localizada na cidade de Santiago, Chile, na comuna de Providencia, na Rua Holanda, nº 100, foi projetado pelo escritório FAR frohn&rojas.

Trata-se de uma instalação provisória para a sede principal, que foi danificada por um terremoto em fevereiro de 2011. A sede temporária foi implantada em um andar de um edifício comercial. O espaço é caracterizado por uma grande profundidade de 16,00m que abriga salas de aula, biblioteca, escritório, eventos e espaço de exposições.

Originalmente o andar possui a planta livre, sendo isolado apenas o volume das circulações verticais, sanitários, copa e acesso principal (Figura 50).

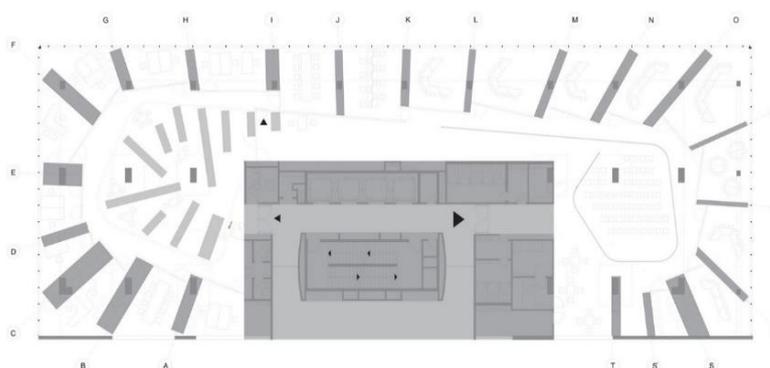
A proposta para divisão dos ambientes parte desse núcleo, é direcionada à periferia e coincide com a malha de pilares (Figura 51).

Figura 50 - Planta baixa original



Fonte: Archdaily (2013)

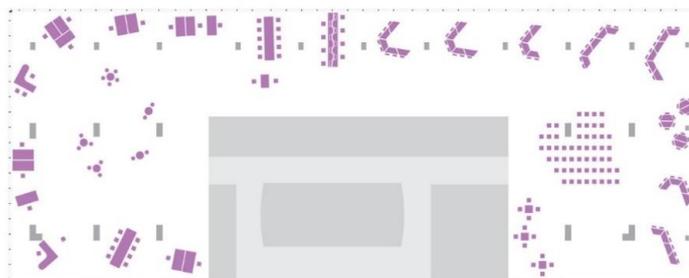
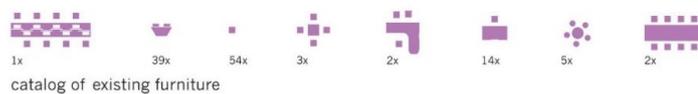
Figura 51 - Planta baixa proposta



Fonte: Archdaily (2013)

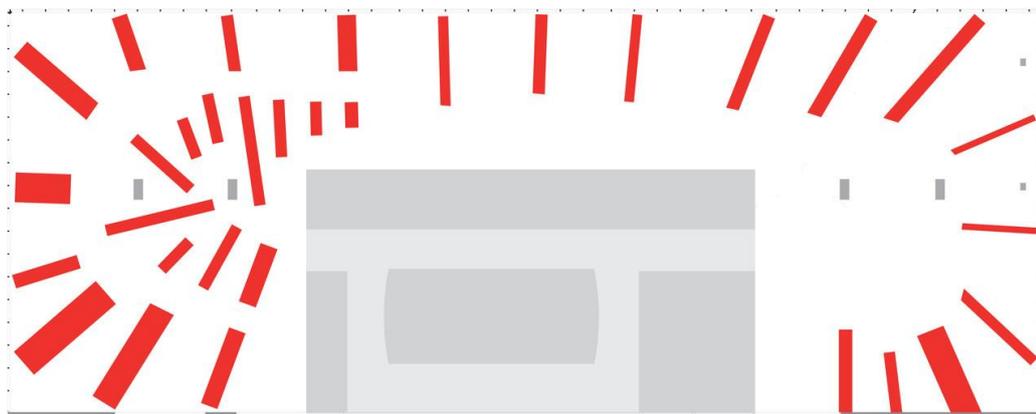
A linguagem das divisões foi criada através de um vocabulário de mobiliário existente e um novo sistema de prateleiras de metal, configurado para subdividir o piso amplo e aberto (Figuras 52 e 53).

Figura 52 - Mobiliário existente



Fonte: Archdaily (2013)

Figura 53 - Mobiliário proposto que se comporta como parede divisória

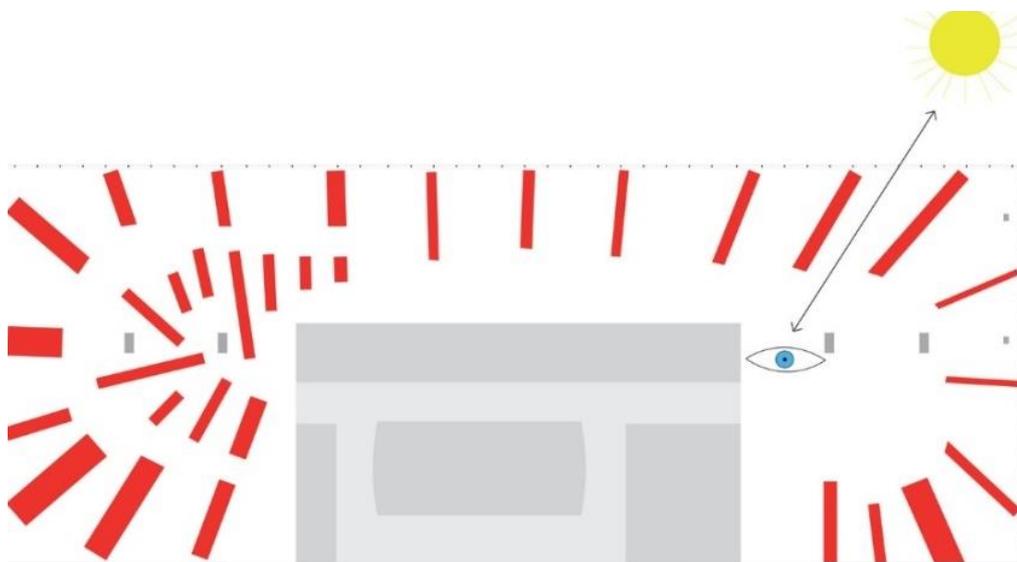


Fonte: Archdaily adaptada pela autora (2013)

As divisões móveis estão dispostas em torno do núcleo permitindo vistas a partir de qualquer ponto dado, possibilitando a incidência de luz natural em grande parte dos ambientes.

O arranjo radial dos serviços, expostos e coloridos, enfatizam a força centrífuga do layout (Figuras 54 e 55).

Figura 54 - Visual a partir do interior da edificação



Fonte: Archdaily (2013)

As salas de aula e de escritório situam-se na borda externa do pavimento, proporcionando contato do ambiente com o exterior através das fenestrações da fachada. Para isolamento interno destas salas foi utilizado o próprio mobiliário o que otimizou o processo de construção e minimizou ao recursos investidos. Além disso os

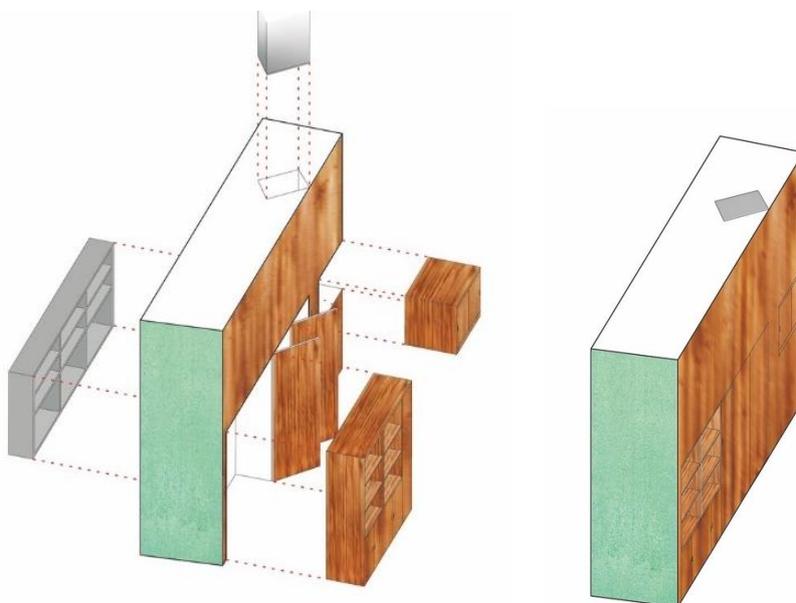
móveis foram projetados para coincidirem com os pilares, evitando que os mesmos fiquem aparentes no ambiente (Figura 56).

Figura 55 - Biblioteca e salas de escritório ao fundo



Fonte: Archdaily (2013)

Figura 56 - Mobiliário proposto que tem a função de parede divisória

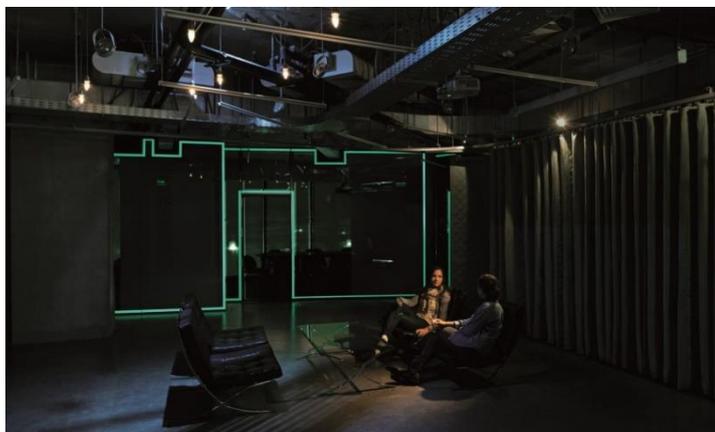


Fonte: Archdaily (2013)

Para o fechamento frontal da sala foi utilizado vidro transparente, permitindo que a lateral do móvel de divisão interna fique aparente e se relacione com os outros

ambientes, além disso, foi inserida iluminação nas extremidades do vidro, dando um novo caráter ao ambiente quando acionada (Figura 57).

Figura 57 - Detalhe da iluminação nas divisórias de vidro



Fonte: Archdaily (2013)

A biblioteca e a área de eventos estão localizadas no núcleo do pavimento, afastadas das fenestrações, de modo a proteger estes locais da incidência solar direta.

A área de eventos é delimitada por uma cortina flexível que permite uma separação acústica do local, trata-se de um espaço multiuso, com possibilidade de diversas configurações de acordo com a função que ali será exercida (Figura 58 e 59).

Figura 58 - Área de eventos com cortina recuada



Fonte: Archdaily (2013)

Figura 59 - Área de eventos com cortina estendida



Fonte: Archdaily (2013)

A demarcação da biblioteca foi desenvolvida através de uma curva contínua de "*stretch-metal*", uma espécie de metal estirado, que separa a biblioteca a partir da zona bloqueável de escritórios administrativos, oferecendo ligações visuais entre os dois ambientes (Figura 60 e 61).

Figura 60 - Biblioteca com divisória em "stretch-metal"



Fonte: Archdaily (2013)

Figura 61 - Vista da circulação para a biblioteca

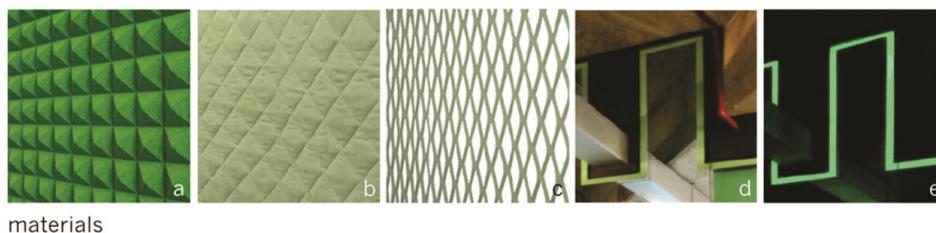


Fonte: Archdaily (2013)

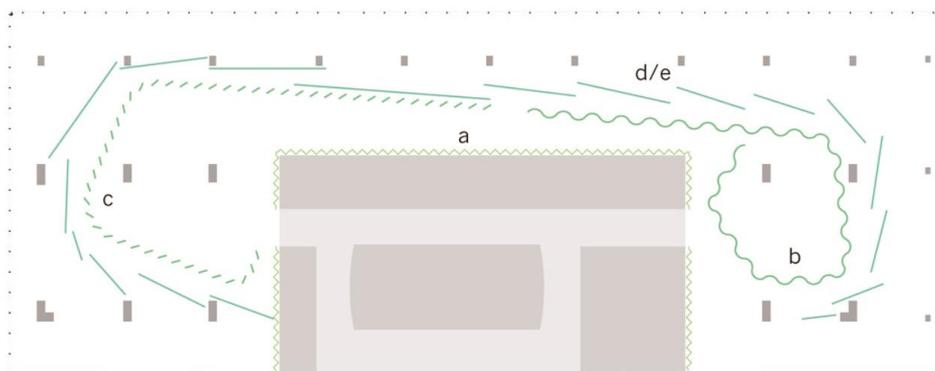
A paredes externas a área onde estão localizadas as circulações verticais, sanitários e copa, foi revestida com material fono-absorvente com intuito de minimizar a propagação de ruídos no ambiente.

As diferentes soluções utilizadas para as divisões do Instituto estão representadas na (Figura 62).

Figura 62 - Materiais utilizados para delimitar os espaços



materials

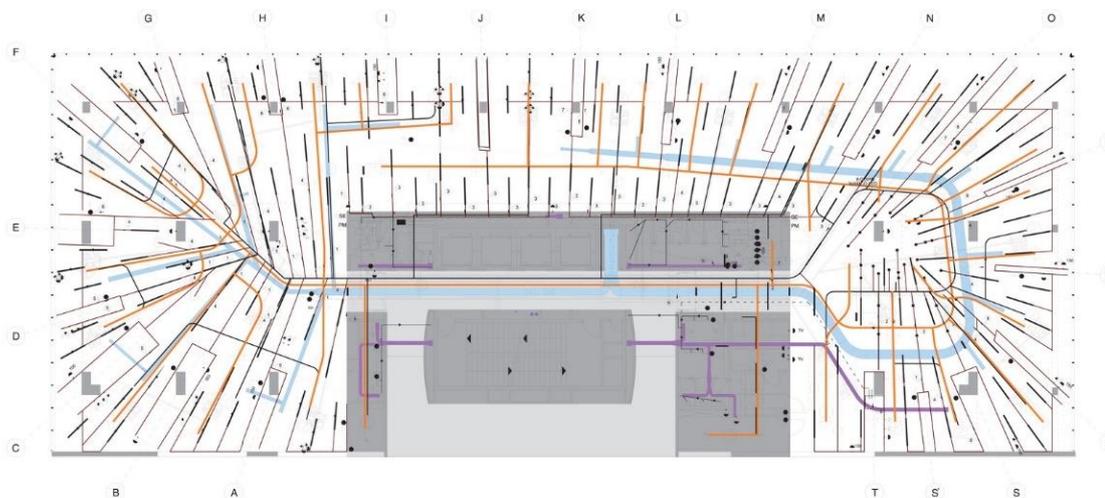


- a. Material fono-absorvente
- b. Cortina acústica
- c. Metal estirado
- d. Vidro
- e. Vidro com iluminação

Fonte: Archdaily adaptado pela autora (2013)

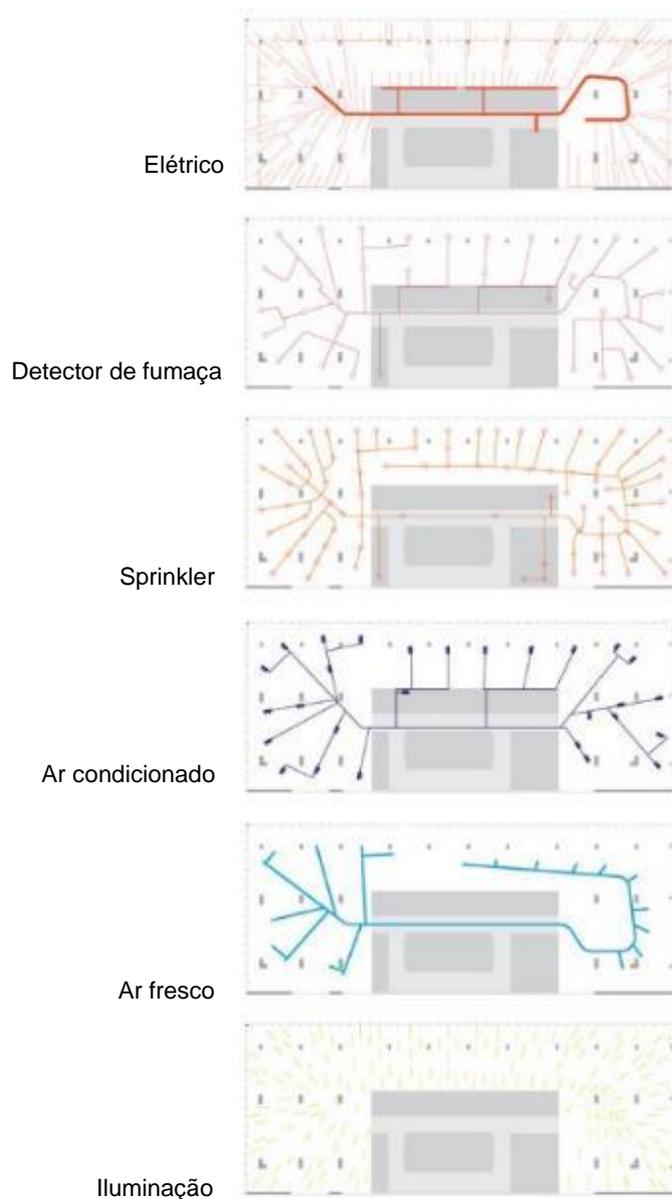
O projeto manteve todas as tubulações aparentes, sendo que seu traçado segue a mesma lógica da distribuição dos móveis e divisórias, convergindo ao centro do ambiente. As cores e o desenho das tubulações reforçam visualmente a intenção concêntrica do projeto (Figuras 63 e 64).

Figura 63 - Planta de forro



Fonte: Archdaily (2013)

Figura 64 - Planta de forro por tipo de instalação



Fonte: Archdaily (2013)

O Instituto pode ser lido como uma brincadeira reconfigurada através de uma série de atividades e demandas. Materiais emissores de luz e superfícies adicionam outra camada espacial à noite.

Os instrumentos de todo este esquema temporário aliaram soluções econômicas a qualidade estética e funcional.

Este projeto foi escolhido como referencial formal pelas soluções adotadas, que aliaram baixo custo econômico, qualidade estética e funcional. Através de estratégias como mobiliário que se comporta como divisória; multifuncionalidade de espaços,

como a área de eventos que se torna um amplo estar; a opção das tubulações aparentes que dialoga com o restante das instalações.

5.2.2 Dubai Design District - Dubai (Emirados Árabes Unidos)

O projeto do Dubai Design District- Fase 2 (D3), foi desenvolvido por Foster + Partners, escritório do arquiteto Norman Foster, no ano de 2015, localizado em Dubai (Figura 65). Sua execução está prevista para 2017. Trata-se de um local dedicado à promoção e desenvolvimento da comunidade criativa, com o objetivo de auxiliar o crescimento da indústria de design dos Emirados Árabes Unidos (FOSTER, 2016).

Figura 65 - Perspectiva do pátio interno



Fonte: Foster (2016)

O projeto inclui escritórios flexíveis; instalações comuns de trabalho colaborativo; locais de exibição ao ar livre; espaços peatonais; passarelas

Figura 66 - Perspectiva das circulações



Fonte: Archdaily (2013)

sombreadas; áreas públicas distintas; mobiliário urbano original e aplicação de algumas estratégias climáticas. Possui uma abordagem contemporânea da arquitetura (Figuras 66 e 67) (FOSTER, 2016).

Figura 67 - Perspectiva da circulação superior e estratégia de sombreamento

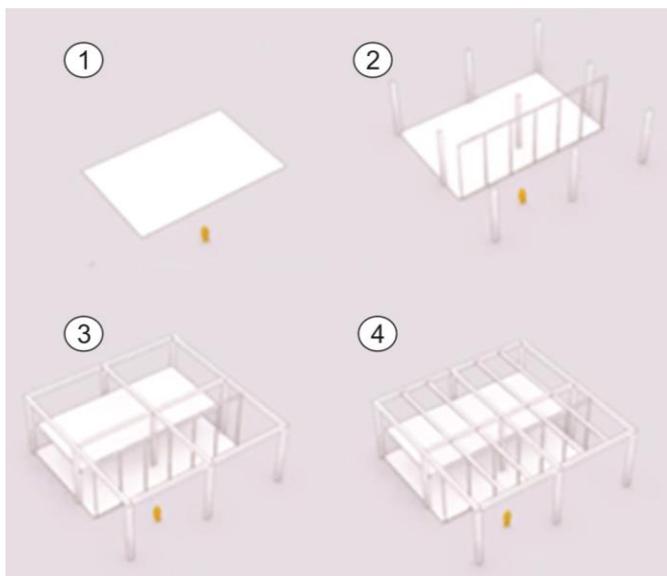


Fonte: Propsearch (2016)

As instalações foram projetadas para evoluir organicamente. Sua capacidade de se adaptar a qualquer finalidade permitirá opções variadas de utilização do ambiente construído, atendendo a mudanças em sua ocupação.

Nas imagens a seguir é apresentado o esquema construtivo e a relação entre os módulos propostos, desenvolvidos em módulos pré-fabricados em concreto armado. Na Figura 68 está representado o esquema construtivo, pilar (2) e vigas do módulo (3 e 4) (ON, 2016).

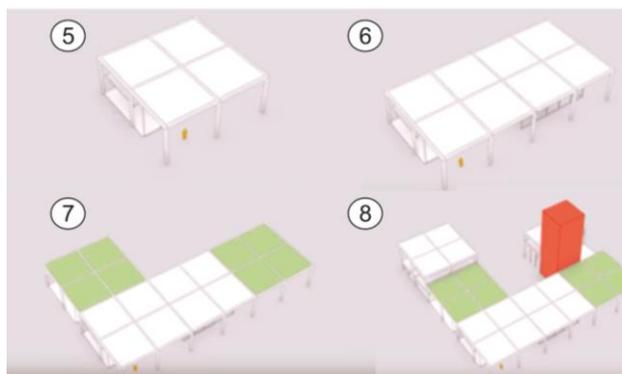
Figura 68 - Perspectivas do esquema construtivo



Fonte: On adaptada pela autora (2016)

Na imagem seguinte foi inserida a laje, os módulos com telhado verde e o núcleo de serviço em laranja (Figura 69) (ON, 2016).

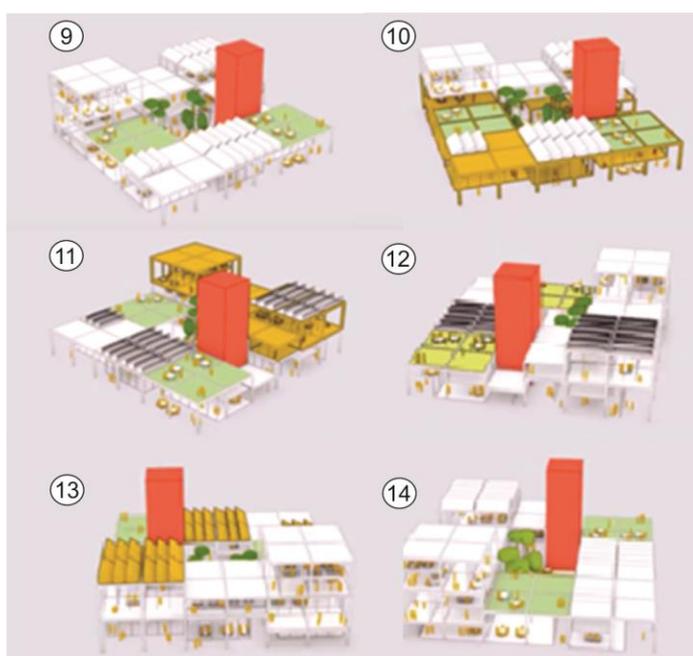
Figura 69 - Perspectivas dos módulos



Fonte: On adaptada pela autora (2016)

Na próxima sequência o grupo recebe mais módulos, chegando a 3 pavimentos (9). No térreo estão localizados os showrooms, local para demonstração e comercialização dos produtos das marcas (10). Na parte superior está localizado o setor criativo, onde estão os ateliês, as salas de trabalho colaborativo (11) e os terraços (12). Foram utilizadas painéis de captação de energia solar nas coberturas (13). A torre de serviço está destacada em vermelho (14) (Figura 70) (ON, 2016).

Figura 70 - Perspectivas do conjunto



Fonte: On adaptada pela autora (2016)

5.2.3 Culture International Laboratory Popular- Tóquio (Japão)

O Culture International Laboratory Popular de Tóquio, foi projetado pelo escritório DAAL Studio para proporcionar espaços educativos. O objetivo foi criar um espaço sociável e confortável, capaz de interagir facilmente com os usuários (Figura 71). Possui área de aproximadamente 2.000,00 m², distribuídos em uma malha de 10x10m (Figura 72). O projeto foi escolhido como referência formal por possuir porte semelhante ao que possuirá a Casa ALICE, cerca de 2 ou 3 pavimentos, e pela permeabilidade que apresenta (STUDIO, 2016).

Figura 71 - Perspectiva externa



Fonte: Studio (2016)

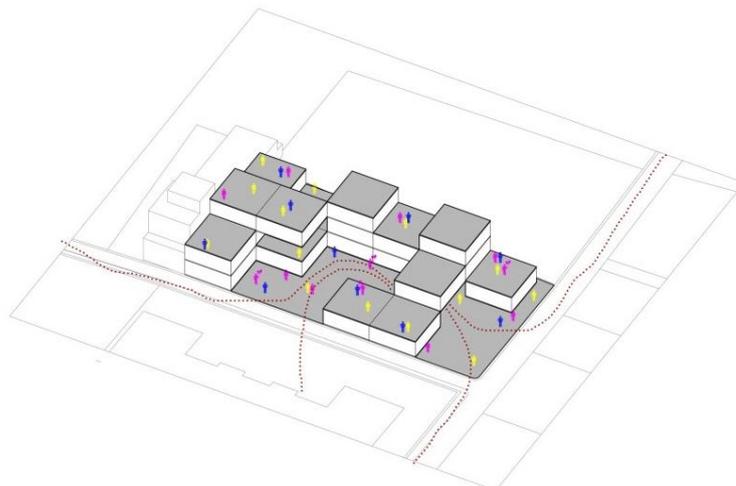
Figura 72 - Planta baixa pavimento térreo com marcação da malha ordenadora



Fonte: Studio adaptada pela autora (2016)

Os arquitetos criaram uma conexão entre o edifício e a cidade, através de uma rota de circulação que liga as ruas a leste e norte, introduzindo um ambiente acolhedor, onde o usuário é encorajado a andar através do edifício, ao invés de percorrer a periferia do mesmo, permitindo o contato do pedestre com as exposições que ocorrem no interior do complexo (Figura 73) (STUDIO, 2016).

Figura 73 - Esquema com marcação das possibilidades de rota

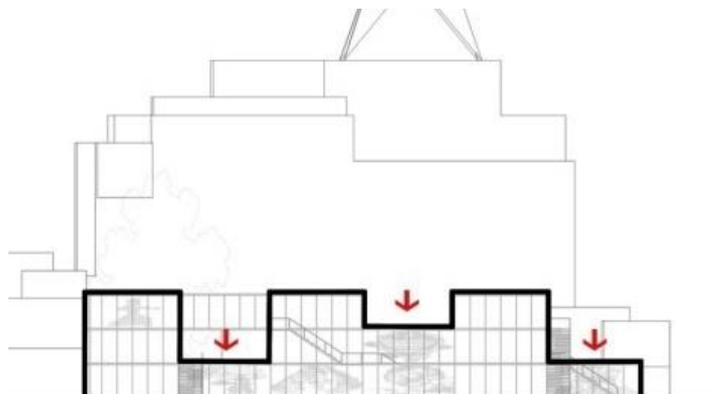


Fonte: Studio (2016)

O terreno destinado ao projeto possui originalmente grande quantidade de vegetação, os arquitetos optaram por manter esse caráter através da introdução de vegetação nos 3 níveis do edifício, sendo que cada andar tem seu próprio terraço reforçando a relação do interior com o exterior (Figura 74) (STUDIO, 2016).

Os principais elementos públicos localizam-se no térreo próximo à entrada principal (Figura 75). Nos andares seguintes estão as áreas semi-públicas distanciadas do contato direto com a rua (STUDIO, 2016).

Figura 74 - Fachada leste com marcação das subtrações que dão espaço aos terraços



Fonte: Studio (2016)

Figura 75 - Perspectiva do pátio interno



Fonte: Studio (2016)

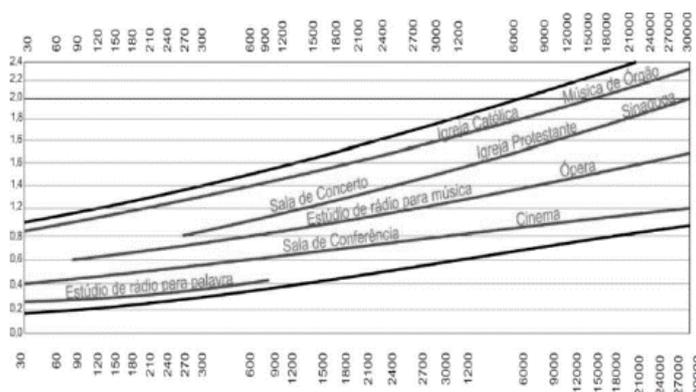
5.3 NORMAS TÉCNICAS

A Casa ALICE seguirá as orientações das normas brasileiras: NBR 12179, NBR 9050 e NBR 9077.

5.3.1 NBR 12179 – Tratamento acústico em recintos fechados

A norma foi utilizada para aplicação e execução de tratamento acústico em locais fechados, como salas de aula, auditório e o bar-café presentes no programa de necessidades do projeto em questão. Para isso deve-se verificar o Tempo de Reverberação (TR) através da fórmula de Sabine ($TR = 0,1608V / \text{absorção total}$, sendo $1,1608 = \text{Constante de cálculo}$, $V = \text{Volume do recinto}$) que considera o volume do recinto e os materiais de revestimento interno do mesmo. O TR ótimo pode ser conferido na Figura 76 (ABNT, 2008).

Figura 76 – Relação entre volume e TR para diferentes tipos de execução



Fonte: ABNT (2008)

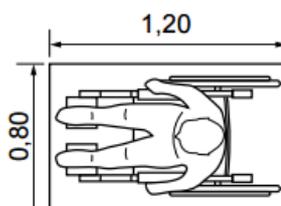
5.3.2 NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

Toda edificação deve proporcionar o acesso e utilização autônoma, inclusive dos equipamentos urbanos, ao maior número possível de pessoas. Para isso, foi analisada a NBR 9050 que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano, e de edificações às condições de acessibilidade (ABNT, 2004).

A seguir serão listados aspectos citados na norma que serão aplicados ao projeto:

O módulo de referência de um cadeirante é a projeção de 0,80 m por 1,20 m, conforme Figura 77.

Figura 77 - Dimensões do módulo de referência

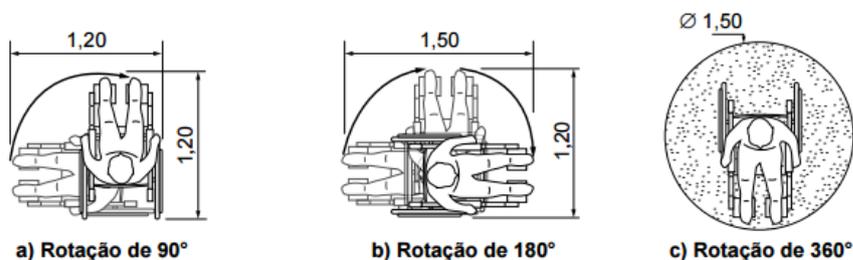


Fonte: ABNT (2004)

Os ambientes deverão possuir, em seu interior, uma área sem obstáculos que possibilite a manobra da cadeira de rodas. As medidas para rotação são (Figura 78):

- a) para rotação de 90° = 1,20 m x 1,20 m;
- b) para rotação de 180° = 1,50 m x 1,20 m;
- c) para rotação de 360° = diâmetro de 1,50 m.

Figura 78 - Área para manobra da cadeira de rodas sem deslocamento



Fonte: ABNT (2004)

Os materiais de revestimento e acabamento devem ter superfície regular, firme, estável, não trepidante, sob qualquer condição. Deve-se evitar a utilização de um padrão na superfície do piso.

A inclinação transversal da superfície deve ser de até 2 % para pisos internos e de até 3 % para pisos externos. A inclinação longitudinal da superfície deve ser inferior a 5 %. São consideradas rampas inclinações iguais ou superiores a 5 % e devem ter inclinação de acordo com os limites descritos na Figura 79 (ABNT, 2004).

Figura 79 - Dimensionamento de rampas

Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Número máximo de segmentos de rampa
1,50	5,00 (1:20)	Sem limite
1,00	5,00 (1:20) < i ≤ 6,25 (1:16)	Sem limite
0,80	6,25 (1:16) < i ≤ 8,33 (1:12)	15

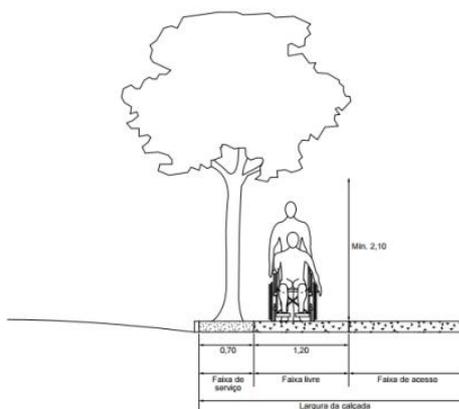
Fonte: ABNT (2004)

Para inclinação entre 6,25 % e 8,33 %, é recomendado criar áreas de descanso nos patamares, a cada 50 m de percurso. Os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são: 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m; 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m; 1,50 m para corredores de uso público; Maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas, conforme aplicação da equação apresentada em 6.12.6 (ABNT, 2004).

É recomendado pela norma que a calçada seja dividida em três faixas de uso, conforme Figura 80. A faixa de serviço tem a finalidade acomodar o mobiliário, canteiros, árvores e os postes de iluminação ou sinalização. Recomenda-se reservar uma faixa de serviço com largura mínima de 0,70m (ABNT, 2004).

A faixa livre ou passeio é destinada a circulação de pedestres, deve possuir inclinação transversal até 3 %, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre. A faixa de acesso é o espaço de passagem da área pública para o lote. Esta faixa é possível apenas em calçadas com largura superior a 2,00 m. Acomoda a rampa de acesso aos lotes lindeiros (ABNT, 2004).

Figura 80 - Faixas de uso da calçada



Fonte: ABNT (2004)

O número mínimo de sanitários acessíveis para edificação de uso coletivo está descrito na Figura 81 (ABNT, 2004).

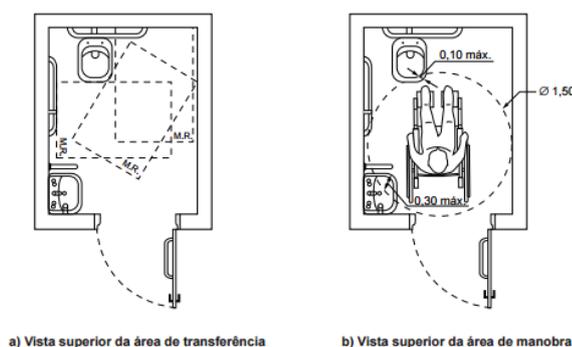
Figura 81 - Número mínimos de sanitários acessíveis

Edificação de uso	Situação da edificação	Número mínimo de sanitários acessíveis com entradas independentes
Coletivo	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento, onde houver sanitário
	A ser ampliada ou reformada	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento acessível, onde houver sanitário
	Existente	Uma instalação sanitária, onde houver sanitários

Fonte: ABNT (2004)

As dimensões do sanitário acessível devem garantir o posicionamento das peças sanitárias, circulação com o giro de 360°; área necessária para garantir a transferência lateral; a área de manobra pode utilizar no máximo 0,10 m sob a bacia sanitária e 0,30 m sob o lavatório; o lavatório não deve possuir coluna; alcance manual para acionamento da válvula sanitária, da torneira, das barras, puxadores e trincos e manuseio e uso dos acessórios (Figura 82) (ABNT, 2004).

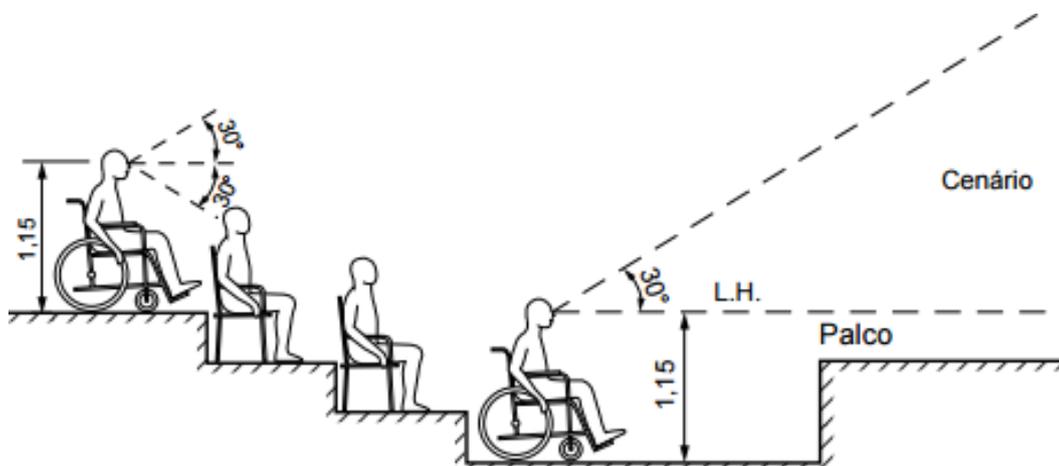
Figura 82 - Áreas de transferência e manobra



Fonte: ABNT (2004)

O projeto possuirá um auditório arena, a norma recomenda que o espaço deve possuir local para Pessoas em Cadeira de Rodas (P.C.R.) e assentos para Pessoa com Mobilidade Reduzida (P.M.R.) devem garantir a visualização da atividade desenvolvida no palco, conforme Figura 83 (ABNT, 2004).

Figura 83 - Ângulo visual dos espaços para P.C.R. em teatros



Fonte: ABNT (2004)

5.3.3 NBR 9077- Saídas de emergência em edifícios

A análise da norma de Saídas de Emergência tem como objetivo adequar o projeto pretendido as especificações determinadas. Nela são determinadas as exigências para que a população possa abandonar a edificação em caso de incêndio, protegida em sua integridade física e também garantindo fácil acesso de auxílio externo para o combate ao fogo e retirada das pessoas (ABNT, 2001).

A norma demonstra o dimensionamento das rotas de fuga da edificação conforme Figuras 84 a 87. O cálculo para as saídas de emergência é realizado através da fórmula: $N = P/C$, sendo N = número de unidades de passagem, arredondado para número inteiro, P = população e C = capacidade da unidade de passagem (ABNT, 2001).

Figura 84 - Classificação quanto à ocupação, altura, dimensão e características

	Grupo	Ocupação/Usos	Descrição	Exemplos
Ocupação	E-2	Educacional e cultural	Escola especial	Escolas de artes e artesanatos, de línguas, de cultura geral, de cultura estrangeira
	F-8	Locais de reunião de público	Locais para refeições	Restaurantes, lanchonetes, bares, cafés, refeitórios, cantinas e outros
Altura	M	Edificações de média altura	6,00 m < H ≤ 12,00 m	
Dimensões em planta	P	Quanto à área do maior pavimento (sp)	sp < 750 m ²	
características construtivas	y		Edificação com mediana resistência ao fogo	Edificação com parede-cortina de vidro; com janela em peitoris; loja com galerias elevadas e vãos abertos

Fonte: ABNT adaptada pela autora (2004)

Figura 85 - Dados para o dimensionamento das saídas

Grupo	População	Capacidade da U. de passagem		
		Acessos e descargas	Escada e rampas	porta
E-2	Uma pessoa por 1,50 m ² de área *	100	60	100
F-8	Uma pessoa por m ² de área**	100	60	100

*Auditórios em escolas são considerados nos grupos de ocupação F-2

**As cozinhas e suas áreas de apoio, nas ocupações F-6 e F-8, têm sua ocupação admitida como no

Fonte: ABNT adaptada pela autora (2004)

Figura 86 - Distâncias máximas a serem percorridas

Tipo de edificação	Sem chuveiros automáticos		Com chuveiros automáticos	
	Saída única	Mais de uma saída	Saída única	Mais de uma saída
y	20,00m	30	35	45

Fonte: ABNT adaptada pela autora (2004)

Figura 87 - Número de saídas e tipos de escadas

Altura	M	Q (área do pavimento) sp < 750 m ²
Ocupação	Nº	Tipo de escada
E-2	1	NE- não enclausurada
F-8	2	EP- enclausurada protegida

Fonte: ABNT adaptada pela autora (2004)

5.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES

A partir dos dados analisados com o desenvolvimento da pesquisa, foi elaborado o programa de necessidades para o desenvolvimento da Casa ALICE. Os dados para o dimensionamento dos espaços foram adquiridos através do estudo das referências, pesquisa bibliográfica e entrevista. O local possuirá cerca de 20 trabalhadores entre profissionais e equipe de apoio; 145 pessoas que participarão dos projetos e 380 pessoas usarão os espaços independentemente de ter ou não vínculo com a ALICE.

O programa foi organizado nos seguintes setores: apoio e serviço, oficinas e ensino, espaços abertos/ públicos, comércio e infraestrutura.

De acordo com as informações coletadas segue o programa de necessidades.

Quadro 1 – Programa de necessidades

	AMBIENTE	FUNÇÃO	ÁREA UNITÁRIA	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (m ²)	FONTE
APOIO E SERVIÇOS	Recepção	Atendimento as pessoas	20	1	20	KARLEN (2010)
	Administração	Pessoas para organização do local	30	1	30	NEUFERT (2004)
	Arquivo	Armazenar material produzido pela ONG	8	1	8	NEUFERT (2004)
	*Sala de reuniões					
	Cozinha/copa	Destinado ao preparo de refeições	80	1	6	KARLEN (2010)
	Almoxarifado	Destinado a armazenagem de produtos	20	1	20	KARLEN (2010)
	Sanitários	Sanitários Masculino e Feminino para pessoas da administração	6	2	12	KARLEN (2010)
OFICINAS E ENSINO	Salas de escrita	Destinada a escrita	60	2	120	NEUFERT (2004)
	Salas de informática	Destinado a informática	60	2	120	NEUFERT (2004)
	Sala de fotografia	Destinada a fotografia	60	1	60	NEUFERT (2004)
	Sala de vídeo	Destinada a reprodução rápida e oficinas de vídeo	60	1	60	NEUFERT (2004)
	Sala Multifuncional	Usos diversos com possibilidade de integração	50	2	100	KARLEN (2010)
	Espaço infantil	Destinado a crianças	80	1	80	KARLEN (2010)

	AMBIENTE	FUNÇÃO	ÁREA UNITÁRIA	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (m²)	FONTE
OFICINAS E ENSINO	Biblioteca	Acervo de livros e periódicos	160	1	160	OHTAKE (2016)
	Estoque	Armazenamento de materiais	10	1	10	NEUFERT (2004)
	Cozinha	Destinada às aulas de culinária	20	1	20	NEUFERT (2004)
	Área de serviço	Limpeza das salas	8,5	1	8,5	NEUFERT (2004)
ESPAÇOS ABERTOS/ PÚBLICOS	Praça e horta	Espaço de convívio	200	1	200	OHTAKE (2016)
	Bar	Destinado aos sarais e público externo	130	1	130	NEUFERT (2004)
	Sala exposição temporária	Destinada aos trabalhos desenvolvidos	100	1	100	NEUFERT (2004)
	Sala exposição permanente	Destinada a história da ALICE/ sala da memória	100	1	100	NEUFERT (2004)
	Sala de reunião	Destinada a discussões em grupo com possibilidade de integração	45	2	90	KARLEN (2010)
	Sala trabalho colaborativo para alugar	Destinada a atividades diversas	60	2	120	NEUFERT (2004)
	Palco arena/ auditório	Destinado a eventos	200	1	200	NEUFERT (2004)
COMÉRCIO	Loja/Banca	Comercializar o material produzido	20	1	20	NEUFERT (2004)
	Bar	Destinado aos sarais e público externo	130	1	130	NEUFERT (2004)
INFRAESTRUTURA	Reservatório	Destinado aos reservatórios	15.000 l	1	6	PORTO ALEGRE (1992)
	Central de Gás	Local destinado botijões	10	1	10	OHTAKE (2016)
	Estacionamento	Local destinado aos veículos	12,5	13	162,5	PDDUA (2010)
	Central de Ar Condicionado	Destinado aos equipamentos de condicionamento de ar	20	1	20	OHTAKE (2016)
	Depósito de lixo	Descarte de material	20	1	20	OHTAKE (2016)
	Circulação horizontal e vertical/ paredes	-	Aprox. 20% do total	-	354,9	MASCARÓ (1995)
Área total					1774,5	
*será utilizada a Sala de reunião do espaço aberto/público						

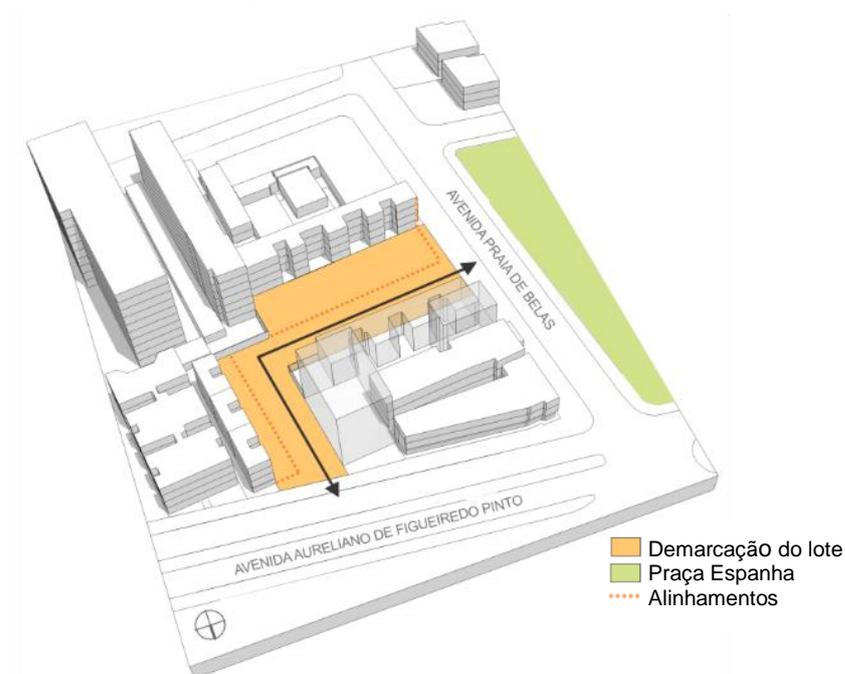
5.5 PROPOPSTA DE PROJETO

O lançamento inicial para ocupação da área de intervenção, teve como base as informações adquiridas na entrevista realizada com participantes da ALICE. Buscou-se aplicar algumas questões enfatizadas por eles que imprimem o caráter e espírito da ONG, tais como:

- Ser um local aberto ao público, que agregue as pessoas;
- Possibilitar a conexão com a rua e se utilizar dela para realização de atividades;
- Envolver a comunidade;
- Ser uma edificação aberta, ampla e fluída;

A área tem suas testadas voltadas para avenidas com fluxo intenso, o que dificulta a possibilidade de fechamento para a realização de atividades. Para isso foi criada uma rua interna peatonal, que agirá como um espaço articulador e de transição, aberto a comunidade. A testada situada na Avenida Praia de Belas se relaciona com a praça Espanha, localizada em frente ao lote, podendo ser utilizada como expansão da ONG para realização de atividades e eventos (Figura 88).

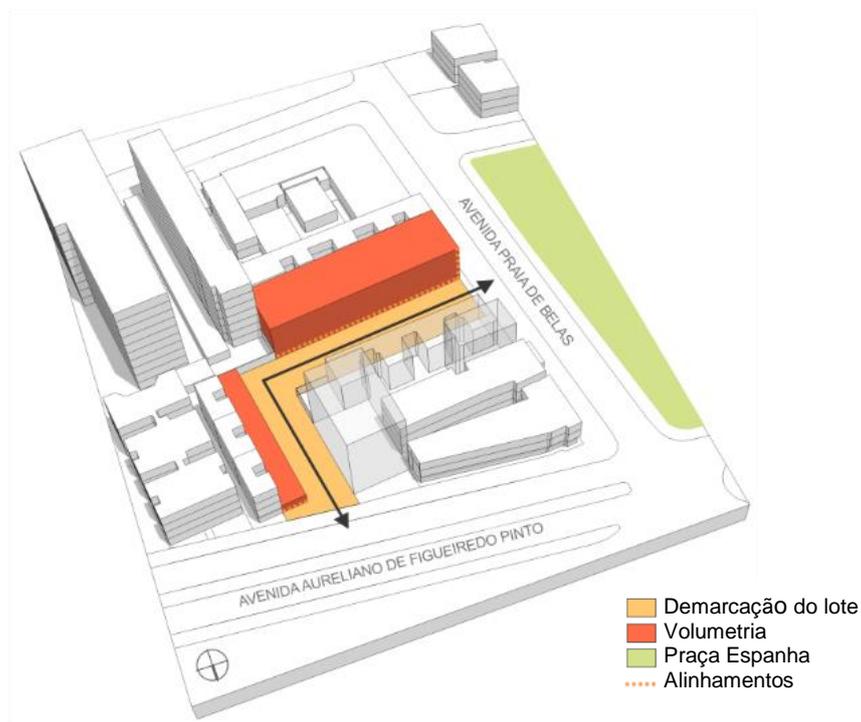
Figura 88 - Proposta de projeto



Fonte: Autora (2016)

Após a demarcação da rua foram traçados alguns alinhamentos com as edificações vizinhas (altura e recuo), levando em conta as análises bioclimática realizadas anteriormente, dando origem aos volumes (Figura 89).

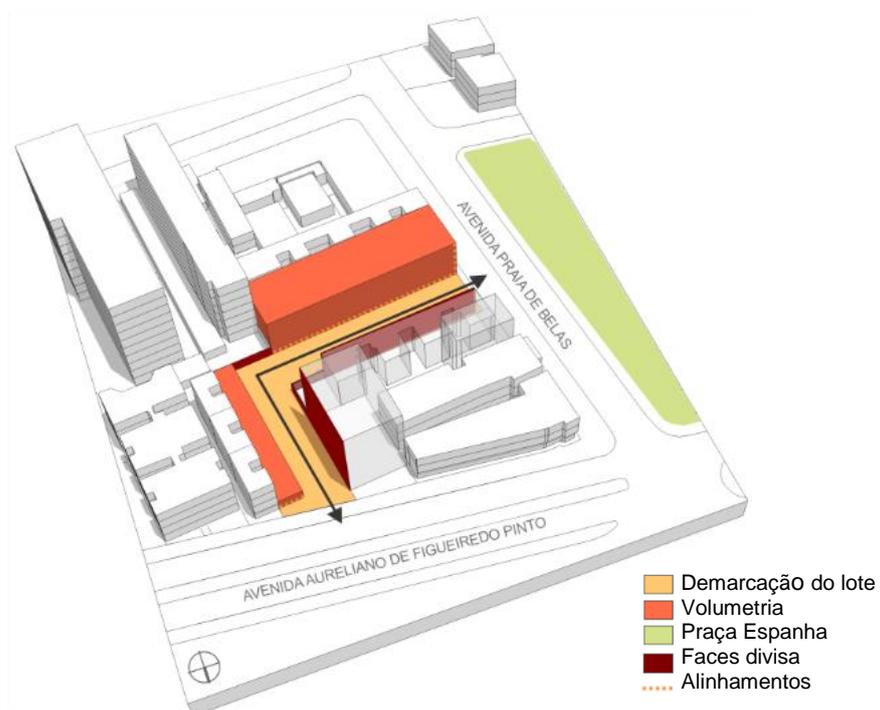
Figura 89 - Proposta de projeto



Fonte: Autora (2016)

Por fim, foram marcadas as faces que fazem divisa com o lote e receberão tratamento futuramente (Figura 90).

Figura 90 - Proposta de projeto



Fonte: Autora (2016)

5.6 MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

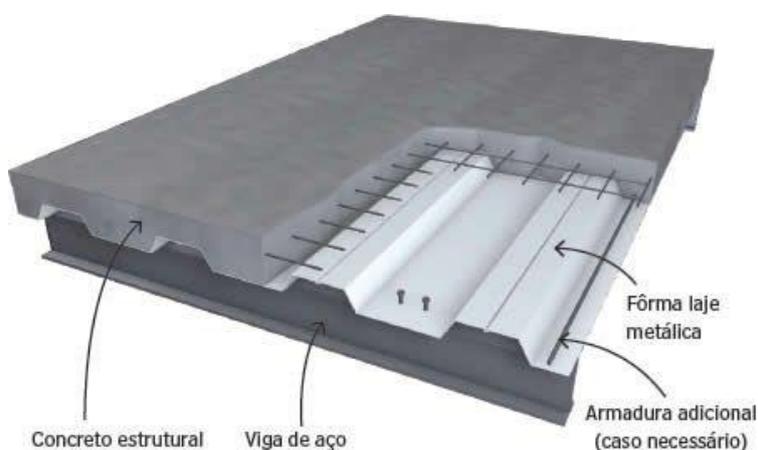
Com o objetivo de demonstrar possibilidades de materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas no projeto da Casa ALICE, foram pesquisadas soluções eficientes a algumas condições estruturais, materiais econômicos e de rápida execução, que sejam eficientes nas questões de conforto ambiental, e que atendam às necessidades estéticas e arquitetônicas do projeto.

5.5.1 Lajes Steel Deck

Um dos fatores determinantes para a escolha do sistema construtivo está relacionado com o seu valor econômico, em função disso optou-se pela utilização da laje Steel Deck por se tratar de um sistema construtivo racionalizado, que traz benefícios tanto na parte organizacional do canteiro de obras quanto na questão de rapidez de execução. As principais vantagens na construção deste tipo de laje são: a alta qualidade de acabamento, a dispensa de escoramento dependendo do vão utilizado, maior rapidez construtiva e possibilidade de passagem de dutos de pequenas dimensões. Além disso é fabricado sob medida conforme especificação do usuário, evitando desperdício de material (SARTORI, 2012).

As lajes são formadas por um sistema misto: uma fôrma metálica revestida por concreto (Figura 91). Podendo alcançar vãos de até 20m com altura da laje de 17cm, dependendo da carga sobreposta sobre a laje (METFORM, 2016).

Figura 91 - Sistema laje mista



Fonte: Cichinelli (2011)

5.5.2 Estrutura em aço

Assim como citado anteriormente, se repetem aqui algumas das justificativas para definição do uso desse tipo de estrutura, tais como: sistema construtivo racionalizado e de rápida execução. Além disso, possui condições de vencer grandes vãos resultando na flexibilidade de utilização dos espaços construídos; o sistema é compatível com qualquer tipo de material de fechamento, desde sistemas convencionais até componentes pré-fabricados como o Steel Deck; trata-se de uma estrutura leve o que reduz as cargas nas bases diminuindo o custo das fundações, redução estimada de 30% (Figura 92) (MARIANE, 2016).

Figura 92 - Estrutura em aço



Fonte: Industriais(2016)

CONCLUSÃO

No decorrer da presente pesquisa foi possível perceber a força e importância das Organizações não Governamentais- ONGs no cenário nacional desde seu princípio. Por meio de suas práticas, muitas vezes, autônomas em relação ao estado e sua diversificação social, elas se mantem até a atualidade promovendo os direitos econômicos e sociais da população.

A Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação- ALICE vem ao encontro dessa definição, atuando há 15 anos através da comunicação para discutir comportamento, ética, tendências da imprensa, buscando formar leitores críticos que contribuam para a democratização, qualificação e transparência da informação no Brasil.

De acordo com as análises realizadas, foi possível concluir que a ALICE é uma ONG consolidada, com histórico de grandes contribuições para a sociedade. Sendo assim, torna-se relevante e necessário que a organização possua uma sede para abrigar sua memória, servindo como um ponto de referência histórico, de um modelo de ONG relacionada a comunicação, assim como, um abrigo físico que possibilite o acolhimento da sociedade e de suas informações, promovendo uma zona de troca de experiência e conhecimento.

Tais características demonstram que a Casa ALICE deve ser um local aberto ao público, que possibilite a conexão com a rua, que envolva a comunidade fazendo com que ela receba o que for gerado ali e desenvolva algo para contribuir com a população, incentivando, desta maneira, a informação, cidadania e educação.

REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Saídas de emergência em edifícios**. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/images/Comissoes/DireitosFundamentais/Acessibilidade/NBR_9077_Saídas_de_emergência_em_edifícios-2001.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2016.

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Tratamento acústico em recintos fechados**. 1992. Disponível em: <<https://querosossego.files.wordpress.com/2008/08/abnt-nbr-12179.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais-. **Capítulo I - da denominação, sede e duração**. 2016. Disponível em: <http://www.abong.org.br/quem_somos.php?id=3>. Acesso em: 27 ago. 2016.

ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais-. **As realidades setoriais papel ongs**. 1995. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/232/ABONG_ASREALIDADES_SETORIAIS_PAPEL_ONGS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 ago. 2016.

ACMCB, Associação Comunitária dos Moradores da Cidade Baixa. **Cidade Baixa**. Disponível em: <http://ong.portoweb.com.br/cidadebaixa/default.php?reg=6&p_secao=8&PHPSESSID=016abca6298b3d4ff58ab9613c558f68>. Acesso em: 04 dez. 2016.

ALANA, Instituto. **Instituto Alana**. Disponível em: <<http://alana.org.br/>>. Acesso em: 05 set. 2016.

ALICE. **Agência Livre Para Informação, Cidadania e educação**. Disponível em: <<http://www.alice.org.br/mais-projetos/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

ARCHDAILY. **Instituto Goethe - Instalações Provisórias / FAR frohn&rojas**; Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-90771/instituto-goethe-instalacoes-provisorias-slash-far-frohn-and-rojas>>. Acesso em: 26 set. 2016.

ARCOWEB. **Uma casa para preservar o jongo**. Disponível em: <<https://arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/rua-arquitetos-centro-cultural-educacional-casa-jongo-rio-de-janeiro-03-06-2013>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BORGES, Bárbara Bischoff Santana. **Fábrica da pompeia (sesc pompeia)**. Disponível em: <<http://arteforadomuseu.com.br/arquitetura/sesc-pompeia/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CICHINELLI, Gisele. **Construção rápida**: Sistema misto que dispensa parcial ou totalmente o escoramento, o steel deck agiliza a execução e reduz custos. 2011. Disponível em: <<http://techne.pini.com.br/engenharia-civil/179/artigo287917-2.aspx>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

COUTINHO, Joana. **As ONGs: origens e (des)caminhos**. 2005. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18668/13857>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

FERRAZ, Marcelo. **Numa velha fábrica de tambores. SESC-Pompéia comemora 25 anos**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.093/1897>>. Acesso em: 10 set. 2016.

FOSTER, Norman; PARTNERS, And. **Dubai Design District - Phase 2 - Master Plan**. Disponível em: <<http://www.fosterandpartners.com/news/archive/2015/05/dubai-design-district-awards/>>. Acesso em: 01 out. 2016.

FRACALOSSI, Igor. **Clássicos da Arquitetura: SESC Pompéia / Lina Bo Bardi**. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-153205/classicos-da-arquitetura-sesc-pompeia-slash-lina-bo-bardi>>. Acesso em: 05 set. 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=h5OeDwqDC9MC&oi=fnd&pg=PA9&dq=Gohn,+1997&ots=DZCuloP0-T&sig=phg1ZJEHPoxCN31fpCCOW4KfnvU#v=onepage&q=Gohn,+1997&f=false>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

GOOGLE. **Maps**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

INDUSTRIAIS, Soluções. **Predios em estrutura de aço**. 2016. Disponível em: <http://www.solucoesindustriais.com.br/images/produtos/imagens_10018/p_predios-em-estrutura-de-aco-23.jpg>. Acesso em: 04 dez. 2016.

KARLEN, Mark. **Planejamento de espaços internos**: com exercícios. Porto Alegre: Bookman, 2010.

LANDIM, Leilah. **Experiencia militante**: Histórias das assim chamadas ONGs. 2002. Disponível em: <<http://lusotopie.sciencespobordeaux.fr/landim.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

MACHADO, Ana Luisa Maffini. **SESC Pompeia**. Disponível em: <<https://archidaniels.wordpress.com/2014/03/04/sesc-pompeia-sao-paulo/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

MARIANE, Aline. **Estrutura metálica X estrutura de concreto**. Disponível em: <<http://construcaomercado.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/128/estrutura-metalica-x-estrutura-de-concreto-confira-a-opinio-299127-1.aspx>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

MARQUES, Andresa Pinheiro; FLORES, Anelis Rolão. **Intervenção em pré-existência: estudo de caso do Sesc Fábrica da Pompéia (2014)**. Disponível em: <<http://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumALC/article/view/817/759>>. Acesso em: 10 set. 2016.

MASCARÓ, Juan Luiz. **O custo das decisões arquitetônicas no projeto de hospitais** 1995. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/servicosade/manuais/custos.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

METFORM. **Steel deck**. Disponível em: <<http://www.metform.com.br/wordpress/?project=perfis-metform> f>. Acesso em: 04 dez. 2016.

NAHAS, Patrícia Viceconti. **Brasil Arquitetura: Memória e contemporaneidade. Um percurso do SESC Pompéia ao Museu do Pão (1977-2008)**. 2008. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2644/1/Patricia_Viceconti_Nahas1v1.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

NEUFERT, Peter. **Neufert arte de projetar em arquitetura**. 17. ed. Barcelona: Gustavo Gili Sa, 2004.

OHTAKE, Rodrigo. **Espaço Alana**. Disponível em: <<http://www.rodrigohtake.com/alana>>. Acesso em: 05 set. 2016.

ON, What's. **VIDEO: Dubai's hipster hangout – d3 – reveals expansion plans**. Disponível em: <<http://whatson.ae/dubai/2015/05/dubai-hipster-hangout-d3-reveal-expansion-plans/>>. Acesso em: 11 out. 2016.

PORTO ALEGRE, Câmara Municipal de. **Alice pede apoio para conquistar sede própria**. 2011. Disponível em: <http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=14466&p_secao=56&di=2011-05-19>. Acesso em: 09 set. 2016.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal de. **Código de edificações de porto alegre**. 1992. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smov/usu_doc/codigo.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

PORTO ALEGRE, Prefeitura de. **Histórico da Cidade**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=257>. Acesso em: 04 dez. 2016.

PORTO ALEGRE, Prefeitura de. Mapas digitais 1999. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=310>. Acesso em: 04 dez. 2016.

PROPSEARCH. **D3 Creative Community Masterplan**. Disponível em: <<https://www.propsearch.ae/dubai/d3-creative-community>>. Acesso em: 30 set. 2016.
RUA, Boca de. Boca de Rua - Vozes de uma gente invisível. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5TtoMSiRn0w>>. Acesso em: 10 set. 2016.

RUA, Boca de: **Vozes de uma gente invisível. Porto Alegre: Bigode de Gato e Boulevard Filmes, 2013. P&B.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5TtoMSiRn0w>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

RUALAB. **Casa do Jongo**. Disponível em: <<http://www.rualab.com/portfolio/60,102>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SARTORI, Thomaz Augusto Baldo. **ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS PARA A EXECUÇÃO DE UMA LAJE STEEL DECK**. 2012. Disponível em: <http://www.feng.pucrs.br/professores/giugliani/PG_PRODUCAO_CIVIL_-_Metodologia_de_Pesquisa_-_4a_Edicao_Out.2012/MODELO_DE_TCC_-_Thomaz_Sartori.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2016.

SERRINHA, Jongo da. **Casa do Jongo**. Disponível em: <http://jongodaserrinha.org/?page_id=539>. Acesso em: 10 set. 2016.

STUDIO, Daal. **Tokyo Pop Lab**. Disponível em: <<http://daalstudio.com/index.php/2016/05/15/tokyo-pop-lab/>>. Acesso em: 05 out. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ENTREVISTA

A entrevista foi realizada com Cristina Pozzobon, artista plástica e uma das fundadores da ONG, e Tiago Balem arquiteto e urbanista, ambos integrantes da ALICE.

ALICE

1. Quantos projetos compõem a ONG? Quantos projetos estão ativos?
2. Quantas pessoas participam da ALICE, direta e indiretamente?
3. Quantos profissionais (formação)?
4. Reuniões ocorrem com que frequência?
5. Onde ocorrem?
6. Como funcionam os encontros?
7. Quem participa dos encontros?
8. Existem projetos ocorrendo em outras cidades?

JORNAL BOCA DE RUA

9. Nas reuniões existe apoio de um/a facilitador/a, que pode ser jornalista, psicólogo/a, fotógrafo/a, e que intermedia a discussão entre integrantes do grupo. O grupo de facilitadores/as é composto por?
10. O que é desenvolvido? (Textos, fotos e ilustrações).
11. Os participantes recebem ajuda de custo?
12. Valor da venda é revertido para a ONG e para os participantes?
13. Recebem algum tipo de apoio financeiro de empresas, etc? Possui assinantes do jornal?
14. Há colaboração de uma equipe multidisciplinar formada educadores e psicólogos?
15. Há possibilidade de aumento da tiragem e frequência das publicações? Ter uma sede própria facilitaria isso?

CASA ALICE

16. Descreva a Casa ALICE?
17. Teriam outras Linhas de Atuação, quando a ALICE tiver uma casa? Quais?

18. Em que bairro da cidade deveria se situar?

19. Quais são os ambientes necessários para atender as necessidades da Casa ALICE? Como eles deveria ser?